

unesp  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Ciências e Letras

Campus de Araraquara - SP

Guilherme Simbole Ferreira

**POLÍTICAS DE REDUÇÃO DE DANOS EM
RELAÇÃO ÀS DROGAS NO BRASIL: ANÁLISE
DIALÓGICA DO GÊNERO DISCURSIVO FOLDER
COMO FERRAMENTA DE RESISTÊNCIA**



ARARAQUARA – S.P.

2025

Guilherme Simbole Ferreira

POLÍTICAS DE REDUÇÃO DE DANOS EM RELAÇÃO ÀS DROGAS NO BRASIL: ANÁLISE DIALÓGICA DO GÊNERO DISCURSIVO FOLDER COMO FERRAMENTA DE RESISTÊNCIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Estrutura, Organização e Funcionamento discursivos e textuais

Orientadora: Profa. Dra. Marina Célia Mendonça

ARARAQUARA – S.P.

2025

F383p Ferreira, Guilherme Simbole
Políticas de redução de danos em relação às drogas no
brasil : : análise dialógica do gênero discursivo folder como
ferramenta de resistência / Guilherme Simbole Ferreira. --
Araraquara, 2025
81 p. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara
Orientadora: Marina Célia Mendonça

1. Círculo de Bakhtin. 2. Análise do Discurso. 3. Políticas
Públicas. 4. Redução de Danos. 5. Drogas. I. Título.

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Esta pesquisa contribui para o fortalecimento de abordagens mais inclusivas e eficazes nas políticas públicas sobre drogas no Brasil, ao evidenciar a importância do diálogo e da escuta das vozes marginalizadas. Ao analisar o gênero discursivo folder como ferramenta de resistência, o estudo amplia a compreensão sobre as práticas de redução de danos e oferece subsídios para a construção de discursos que priorizem o cuidado, a ética e a pluralidade social, em contraposição à lógica excludente e punitiva do proibicionismo.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This research contributes to strengthening more inclusive and effective approaches in public drug policies in Brazil, by highlighting the importance of dialogue and listening to marginalized voices. By analyzing the discursive genre of the brochure as a tool of resistance, the study broadens the understanding of harm reduction practices and provides support for the construction of discourses that prioritize care, ethics and social plurality, in contrast to the exclusionary and punitive logic of prohibitionism.

GUILHERME SIMBOLE FERREIRA

**POLÍTICAS DE REDUÇÃO DE DANOS EM RELAÇÃO ÀS DROGAS NO BRASIL:
ANÁLISE DIALÓGICA DO GÊNERO DISCURSIVO FOLDER COMO
FERRAMENTA DE RESISTÊNCIA**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, para obtenção do título de Mestre em Linguística e Língua Portuguesa, da faculdade de CIÊNCIAS E LETRAS – CÂMPUS DE ARARAQUARA

Área de Concentração: Programa de Pós Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara

Data da defesa: 16/05/2025 às 09:00

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marina Célia Mendonça

UNESP - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara

Prof. Dr. Luiza Bedê Barbosa

USP – Universidade de São Paulo / Escola Cooperativa Coeducar

Prof. Dr. Assunção Aparecida Laia Cristovão

UNIFRAN – Universidade de Franca

Prof. Dr. Luciane de Paula

UNESP – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara

AGRADECIMENTOS

Obrigado por tudo!

Minha eterna gratidão a todos e tudo, que de diversas formas contribuíram para a realização deste trabalho:

À família, por tudo, sempre.

À Marina por tudo, por todo apoio, confiança, paciência, diálogos e atenção.

Aos amigos que foram fundamentais para a constituição tanto do trabalho quanto do autor.

A minha namorada Karolina, por todo apoio, paciência, ajuda e companheirismo.

Ao Projeto ResPire de Redução de danos e ao Centro de Convivências ÉdeLei por todos os ensinamentos e aprendizados.

“Da pele para dentro começa a minha exclusiva jurisdição. Eu elejo aquilo que podeou não cruzar essa fronteira. Sou um estado soberano e os limites da minha pele são muitomais sagrados que os confins políticos de qualquer país.” (Autor Desconhecido, 1997).

“Fazer o que quer que seja é inútil.
Não fazer nada é inútil.
Mas entre fazer e não fazer
Mais vale o inútil do fazer.” (João Cabral de Melo Neto, 2009)

RESUMO

O que existe hoje no Brasil no que se diz respeito às políticas públicas de saúde em relação às drogas é o proibicionismo e a guerra às drogas, que por sua vez geram leis segregacionistas, elitistas, racistas e manicomiais; assim, são prejudicados sujeitos vulneráveis nesse contexto em que se dá enfoque à expansão do poder punitivo (ZAFFARONI, 2012). Em contraponto com estas práticas, existem políticas públicas de redução de riscos e danos. Entre elas, há a prática de distribuição de materiais informativos, de cunho antiproibicionista, em contexto de festa e de ações sociais. Esses materiais surgem como um ato responsivo ao enunciado proibicionista, o qual é disseminado em larga escala no Brasil. Tais materiais, pertencentes ao gênero folder, são analisados nesta pesquisa de mestrado. Esta pesquisa, através de uma perspectiva dialógica, de cunho histórico-social, tem como objetivo geral analisar os materiais informativos do Projeto ResPire de Redução de Riscos e Danos, considerando o caráter responsivo do enunciado. Os objetivos específicos são: 1 – Considerando o *corpus* como pertencente ao gênero folder, analisar o enunciado antiproibicionista e a ideologia que se manifesta nele; 2 - Investigar o modo de constituição desses folders e a forma como dialogam com seu público-alvo. O que justifica a pesquisa é o enfoque de questões em torno das políticas públicas de saúde em relação às drogas no Brasil - trazer luz a essas questões se faz necessário, pois há minorias sociais que se beneficiarão dessa abordagem. Destaca-se ainda que existem poucas pesquisas sobre essa temática. Por fim, a metodologia deste trabalho consiste em analisar tais enunciados através dos pressupostos bakhtinianos da linguagem, a partir do cotejamento de textos e da consideração do enunciado como um todo de sentido, em seus aspectos multissemióticos e sócio-históricos. Os objetivos propostos nesta pesquisa foram alcançados. A análise confirmou o caráter responsivo dos enunciados, evidenciando a presença de um discurso antiproibicionista que se manifesta por meio de estratégias ideológicas específicas. Também foi possível compreender como esses textos se constituem dialogicamente e estabelecem uma relação de proximidade com seu público-alvo, priorizando uma abordagem ética, acolhedora e voltada à redução de danos. A investigação demonstrou que esses materiais não apenas informam, mas também atuam como práticas discursivas de resistência e reconfiguração de sentidos, contribuindo para o fortalecimento de uma ética do cuidado em contraposição à lógica proibicionista.

Palavras – chave: Círculo de Bakhtin; Análise do Discurso; Políticas Públicas; Redução de Danos; Drogas

ABSTRACT

What exists in Brazil today regarding public health policies related drugs is prohibitionism and the war on drugs, which in turn generate segregationist, elitist, racist and asylum-like laws, which harm vulnerable individuals and focus on expanding punitive power (ZAFFARONI, 2012). In contrast to these practices, there are public policies for risk and harm reduction. Among them is the practice of distributing informative materials, with an anti-prohibitionist nature, in the context of parties and social actions. These materials emerge as an act of response to the prohibitionist statement, which is disseminated on a large scale in Brazil. Such materials, belonging to the booklet genre, will be analyzed in this master's research. Through a dialogical perspective, of a historical-social nature, this research has the general objective of analyzing the informative materials of the ResPire collective for Risk and Harm Reduction, considering the responsive nature of the statement. The specific objectives are: 1 – Analyze the corpus as belonging to the folder genre, as well as analyze the anti-prohibitionist statement and the ideology that manifests itself in it; 2 - Analyze through which elements, and how the folders are constituted and dialogue with their target audience. The research is justified by the focus on issues surrounding public health policies regarding drugs in Brazil - shedding light on these issues is necessary, since there are social minorities that will benefit from this approach. It is also worth noting that there is little research on this topic. Finally, the methodology of this work consists of analyzing such statements through Bakhtinian assumptions of language, based on the comparison of texts and the consideration of the statement as a whole of meaning, in its multi-semiotic and socio-historical aspects. The analysis confirmed the responsive nature of the statements, evidencing the presence of an anti-prohibitionist discourse that manifests itself through specific ideological strategies. It was also possible to understand how these texts are constituted dialogically and establish a relationship of proximity with their target audience, prioritizing an ethical, welcoming approach focused on harm reduction. The investigation demonstrated that these materials not only inform, but also act as discursive practices of resistance and reconfiguration of meanings, contributing to the strengthening of an ethics of care in contrast to the prohibitionist logic.

Keywords: Bakhtin Circle; Discourse Analysis; Public Policies; Harm Reduction; Drugs.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Folder de Redução de Danos a respeito do uso de Maconha.	62
Figura 2: Folder de Redução de Danos a respeito do uso de Cocaína.	63
Figura 3: Folder de Redução de Danos a respeito do uso de Álcool.	64
Figura 4: Folder de Redução de Danos a respeito do uso de LSD.	65
Figura 5: Folder de Redução de Danos a respeito do uso de Ketamina.	66
Figura 6: Folder de Redução de Danos a respeito do uso de GHB.	67
Figura 7: Folder de Redução de Danos a respeito do uso de Canabinoides Sintéticos.	68
Figura 8: Folder de Redução de Danos a respeito do uso de Metanfetamina.	69

SUMÁRIO

1 Introdução	12
2 Uma Abordagem Dialógica: Para Um Olhar Além Da Proibição	19
2.1 Linguagem E Diálogo	19
2.2 Signo E Ideologia	22
2.3 Enunciado, Gênero Discursivo E Esfera De Atividade Humana	25
2.4 Análise Dialógica De Práticas De Resistência	29
2.5 Procedimentos Metodológicos	32
3 Contextualização Histórica Das Políticas De Drogas No Brasil E No Mundo	34
3.1 Um Recorte Sobre A Origem Da Proibição De Drogas No Mundo	34
3.2 Um Recorte Sobre A Origem Da Proibição De Drogas Nos EUA	38
3.3 Um Recorte Sobre As Políticas De Drogas No Brasil	42
3.4 O Discurso Sobre Drogas No Brasil E Sua Relação Com O Estado E A Necropolítica	48
3.5 A Política De Redução De Danos	52
4 Análise Dos Folders Do Projeto Respire De Redução De Riscos E Danos	56
4.1 Contextualização Do Projeto Respire De Redução De Riscos E Danos	56
4.2 Uma Investigação Do Gênero Discursivo Folder	59
4.3 Aproximação Com O Público-Alvo Através Do Estilo	62
4.4 A Atitude Acolhedora E Não Punitiva Em Relação As Diferentes Esferas De Atividade Humana	74
5 Conclusão	78
Referências	81

1. Introdução

Esta pesquisa nasceu do interesse deste pesquisador pelo tema do proibicionismo em relação às drogas, o qual levou ao desenvolvimento de uma pesquisa de graduação cujo resultado é a Monografia de Final de Curso intitulada *Análise Dialógica De Discursos Proibicionistas A Respeito Do Uso De Maconha No Brasil* (Ferreira, 2022).

Nesta pesquisa, orientada pela mesma orientadora desta dissertação, evidenciamos como discursos de diferentes esferas – especialmente religiosa, política e científica – se entrelaçam e influenciam mutuamente na construção da realidade social.

A análise dialógica mostrou que o proibicionismo das drogas, sustentado por ideologias religiosas e políticas, afeta diretamente a esfera científica e impede avanços no debate público. Argumenta-se que a guerra às drogas, além de ineficaz, agrava desigualdades sociais, reforça práticas racistas, elitistas e manicomiais, e compromete direitos fundamentais ao tratar uma questão de saúde como um problema de segurança pública.

A crítica ao PL 399/2015 também revela como a regulamentação proposta não é democrática, restringindo o acesso à cannabis medicinal a empresas, e dificultando a autonomia de quem precisa cultivar para uso próprio.

Assim, defende-se a necessidade de políticas baseadas na redução de danos, no cuidado e no reconhecimento da pluralidade de vozes sociais, em contraposição ao discurso dominante centrípeto.

Partindo desse estudo desenvolvido no curso de graduação em Letras da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp/Araraquara, ampliamos o foco da pesquisa para o nível de mestrado, abordando, neste caso, não somente o discurso proibicionista, mas também (e principalmente) a resistência a ele.

É possível afirmar que o que existe hoje no Brasil no que se diz respeito às políticas públicas de saúde em relação às drogas é o proibicionismo e a guerra às drogas, que por sua vez geram leis segregacionistas, elitistas, racistas e manicomiais, e que promovem uma guerra às “drogas”, na qual, na verdade os prejudicados são as pessoas, dessa forma promovendo uma guerra às pessoas, com enfoque na

expansão do poder punitivo (Zaffaroni, 2012). Essas políticas públicas, de guerra às drogas, são ineficazes. Por exemplo, foi registrado entre 2009 e 2018 um aumento de 30% no número de pessoas que consumiram drogas ilícitas no mundo de acordo com o Relatório Mundial Sobre Drogas pelo UNODC – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, 2020).

A criminalização ocorre de maneira seletiva e discricionária e, dessa forma, prejudica os mais pobres e muitas vezes desrespeita os direitos humanos. Estes dispositivos criados e utilizados para a manutenção dessas políticas têm origem na ascensão do discurso proibicionista, baseado numa relação de poder, que prejudica grupos não privilegiados social e economicamente.

Dessa forma, esse discurso foi utilizado como controle social no Brasil – um argumento a favor dessa afirmação é que o art.28, § 2º, da lei federal 11.343/06 (Brasil, 2006) assevera que a distinção entre o usuário e o traficante de drogas é pautada nas condições pessoais e sociais da pessoa flagrada com a substância proscrita. Vale ressaltar, no entanto, uma atualização dessa lei. Em 26 de junho de 2024, o Supremo Tribunal Federal (STF) descriminalizou o porte de maconha para uso pessoal. A decisão estabeleceu que o porte de até 40 gramas de maconha ou seis plantas fêmeas é considerado uso pessoal. Ainda é válido lembrar que a decisão do STF não legalizou o consumo de maconha, mas sim alterou a natureza das consequências para o usuário. Com a mudança, o porte de maconha para uso pessoal é considerado um ilícito administrativo, e não criminal. Dessa forma, as consequências para o usuário são: medidas educativas, advertência, comparecimento a cursos ou programas. Ademais, a decisão do STF é temporária e valerá até que o Congresso legisle sobre o tema. Entretanto, o critério de 40 gramas é relativo, e pessoas com menos quantidade podem ser enquadradas como traficantes se houver outros elementos que indiquem tráfico. Desse modo, como visto acima, questões valorativas e raciais ainda podem ser parâmetros para a distinção.

A título de exemplo, essa situação pode ser evidenciada através do estudo de Soares e Maciel (2023). Segue um trecho conclusivo da pesquisa:

Os dados apresentados nesta NT são evidência de que o ônus da criminalização por tráfico de drogas recai desproporcionalmente sobre pessoas negras. Comparativamente ao perfil racial da população, verificou-se que as pessoas negras estão super-representadas no universo de réus na ordem de 21%, ao passo que as pessoas brancas estão sub-representadas em 26% [...]. Este cenário de super-representação das pessoas negras e de

sub-representação de pessoas brancas, quando comparado o perfil racial da população em geral e o dos réus da pesquisa, acontece não apenas no agregado nacional, mas em todas as regiões do país em diferentes proporções [...]. Desse modo, é imperativo concluir que a raça constitui uma variável relevante para a compreensão dos processos de criminalização secundária por tráfico de drogas, tanto no sentido de que o fato de uma pessoa ser negra aumenta sua probabilidade de ser criminalizada quanto no sentido de que a pessoa ser branca atua como proteção a essa mesma imputação. Sob outra perspectiva, o perfil racial dos réus processados não é tão diferente assim das pessoas custodiadas no sistema penitenciário [...], fato que sinaliza que o viés racial no perfil dos processados por tráfico reproduz outras inequidades da política de segurança pública, além de desigualdades sociais de forma mais ampla. Há, ainda, necessidade de atentar-se ao entrelaçamento da questão racial com outras variáveis socioeconômicas [...]. No universo de réus processados predominam pessoas jovens (72% até 30 anos), do sexo masculino (86%), de baixa escolaridade (67% não concluiu o ciclo de educação básica). Jovens negros com menos de 30 anos correspondem à metade dos réus, o que indica como a criminalização por tráfico recai com preponderância nesta parcela da população brasileira. (Soares, Maciel, 2023, p. 27)

Ainda é válido lembrar que a criminologia midiática, como acontece por exemplo com algumas manchetes que enquadram pessoas negras como traficantes e brancas como comerciante de drogas ou usuários, impacta e formula a opinião de muitos cidadãos e, conseqüentemente, da realidade vigente (Zaffaroni, 2012).

Sendo assim, a política criminal sobre drogas é utilizada como subterfúgio para viabilizar práticas classistas e racistas, como ocorre com a marginalização do jovem periférico, por exemplo - aqui, vale lembrar que quando se fala em juventude, o termo abrange, em sua proporção normativa, as pessoas com idade entre 15 e 29 anos de idade - BRASIL, Lei 12.582/2013, Art. 1º, § 2º (Brasil, 2013). Essa marginalização acontece não apenas pelo Estado, mas também pela mídia, tornando possível, através dessas práticas racistas e classistas, e do discurso que coloca as drogas como um mal a ser combatido e extinto (o que é impossível), taxar esse sujeito periférico como traficante de drogas e, portanto, um vilão da sociedade.

Os abusos e violências que são cometidos contra essas pessoas são embasados em um estado de exceção sob o pretexto de combater o inimigo - conforme estudos desenvolvidos por Zaffaroni (2012). A punição dos “inimigos” deve acontecer de qualquer maneira, para que os “bons” possam viver despreocupados.

O que permite e permeia essa manutenção do poder é o discurso vigente, o qual é oriundo da ascensão da burguesia e do mercantilismo no início do século XVII (com o produtivismo e o comércio no foco das relações sociais), assim como é visto no livro *Drogas: A História do Proibicionismo*, de Henrique Carneiro (2019), tendo o interesse das forças dominantes como base dessa relação. Como justificativa para

viabilizar tais práticas, nos dias de hoje, é utilizado um discurso pautado na religião e na moral, o qual é baseado na desinformação e não na ciência e na informação, oriundo da complexa relação entre espaço, tempo e indivíduos.

Desse modo, foram criados também os dispositivos para manutenção e funcionamento desse sistema, como a polícia, as prisões, hospícios, hospitais, escolas, e o proibicionismo, por exemplo. Através desses dispositivos, a classe dominante mantém seu lucro com a comercialização das drogas e a manutenção do poder, além disso a classe dominada é marginalizada e o usuário detentor de pequenos portes de drogas, dependendo de sua classe ou cor, é preso ou inserido nesse sistema, através de uma necropolítica com base no biopoder e no controle social, dos quais não somente o Estado, mas também a medicina participa (Carneiro, 2019).

Assim, temos hoje no Brasil o discurso proibicionista, racista e classista sendo responsável pela formação e manutenção do poder. Ou seja, trata-se também de uma relação dialética, o mesmo que proíbe é o mesmo que vende e lucra com isso, que é o mesmo que criminaliza e mata o usuário, ou pequeno traficante, sob o falso pretexto de estar combatendo um inimigo.

A visão de mundo de um determinado grupo está implícita em sua prática social e se manifesta na língua que ele usa. Para embasar essa afirmação é possível citar o conceito de dialogismo do Círculo de Bakhtin, que explica que as relações entre as estruturas sociais estão sujeitas às relações de poder da sociedade em que um discurso dominante se impõe e se apresenta como universal e ideal (Volóchinov, 2018).

Sendo assim, existe a força centrífuga agindo. Produto da relação entre sujeitos, estruturas e sociedade, inseridos em determinados contextos de organização. O discurso é a força mediadora desse movimento de opressão e de racismo, mas também é o que possibilita a resistência e a alteração da atual política pública de saúde em relação às drogas vigentes no Brasil. (Ver mais adiante na seção: 1.4 Análise Dialógica de Práticas de Resistência)

De acordo com Volóchinov (2018), o ato de enunciação não existe fora de um contexto histórico-cultural, ou seja, ocorre dentro de um espaço e tempo delimitados. Portanto, nos dias de hoje é preciso levar em consideração a importância do papel de formação de opinião das grandes mídias atrelado aos interesses políticos, já que o discurso é responsável pela formação e manutenção do poder.

Partimos, dessa maneira, da premissa de que o discurso proibicionista, pautado em interesses de grupos sociais privilegiados e não em fundamentos científicos, é uma das narrativas responsáveis pela formação da opinião pública e pela manutenção do poder político e social.

Em contraponto com este discurso e práticas proibicionistas, existem as práticas e políticas públicas de redução de riscos e danos. Redução de Danos é o conjunto de teorias e práticas voltadas para o cuidado e a não indiferença relacionada às pessoas em situação de vulnerabilidade e usuárias de drogas, sejam elas lícitas, ou ilícitas, levando em consideração a subjetividade e a singularidade de cada indivíduo.

Dentre as práticas de redução de danos, existe a da distribuição de materiais informativos, de cunho antiproibicionista, e que são distribuídos em contexto de festa e de ações sociais. Esses materiais surgem como um caráter responsivo ao discurso e ao enunciado proibicionista, o qual, como visto acima, é disseminado em larga escala no Brasil.

Um exemplo dessa prática é o projeto ResPire, associado ao *Centro de Convivência É de Lei* (<https://edelei.org/>). O Projeto ResPire foi iniciado em junho de 2011 e tem realizado diversas intervenções em festas e ações sociais pelas ruas em âmbito nacional, e principalmente no estado de São Paulo, ganhando a adesão e o reconhecimento de muitos organizadores que agora (após as ações em suas festas, puderam perceber a importância do espaço e do trabalho) consideram o serviço essencial. Desde seu início, o projeto mapeou eventos, capacitou redutores de danos, participou de congressos e debates sobre redução de danos, e foi premiado como "Projeto Inovador" pela Associação Brasileira Multidisciplinar sobre Drogas (ABRAMD).

Esta pesquisa, através de uma perspectiva dialógica, de cunho histórico-social, tem como objetivo geral analisar os materiais informativos do Projeto ResPire de Redução de Riscos e Danos, no interior do projeto ResPire, considerando o caráter responsivo desses enunciados.

Os objetivos específicos são: 1 – Considerando o *corpus* como pertencente ao gênero folder, analisar o enunciado antiproibicionista e a ideologia que se manifesta nele; 2 - Investigar o modo de constituição desses folders e a forma como dialogam com seu público-alvo.

Ainda, é válido lembrar que, de acordo com o círculo de Bakhtin, a visão de mundo de um determinado grupo está implícita em sua prática social e se manifesta na língua que ele usa; as relações entre as estruturas sociais estão sujeitas às relações de poder da sociedade em que um discurso dominante se impõe e se apresenta como universal e ideal; ideia essa que precisa ser combatida.

É esperado que este trabalho traga reflexões sobre políticas públicas de saúde mais eficientes, considerando os enunciados materializados em folders que são dirigidos ao seu público-alvo e tendo em vista a realidade discriminatória e não inclusiva em que estamos inseridos. Além disso, com a análise dos materiais informativos, espera-se encontrar exemplos de como o enunciado antiproibicionista se articula e responde ao discurso proibicionista, partindo do que já foi constatado em minha pesquisa anterior, já citada nesta Introdução.

Assim, o que justifica esta pesquisa é a possível compreensão dessas questões em torno das políticas públicas de saúde em relação às drogas no Brasil, bem como elucidar essa discussão em torno dos discursos proibicionistas, em diferentes contextos históricos e sociais. Como visto acima, quem sofre com a guerra às drogas são determinadas minorias sociais, e, portanto, trazer luz a essas questões se faz mais do que necessário, pois há pessoas que se beneficiarão dessa luta. Destaque-se ainda que existem poucas pesquisas sobre essa temática.

Por fim, a metodologia deste trabalho consiste em analisar enunciados através dos pressupostos bakhtinianos da linguagem. A pesquisa bibliográfica é importante para o embasamento teórico e o aprofundamento dos estudos fundamentais para a atividade analítica, que se dará centrada nos conceitos de diálogo, enunciado concreto, ideologia e campo de atividade. Dessa forma, são base para a pesquisa estudos de Bakhtin (2010, 2011, 2016) e Volóchinov (2018), bem como seus comentadores.

Também são utilizados autores como: Carneiro (2023), Cavallari e Figueiredo (2020), Domanico (2019), Escohotado (1997), Mbembe (2018), Mesquita e Bastos (1994), Santos (2006), Sodelli (2010) e Zaffaroni (1998, 2012).

Ainda em relação a metodologia de análise do corpus, é válido lembrar que Bakhtin, ao reformular os estudos no campo da linguagem, propôs uma visão mais ampla que inclui o sujeito e o contexto sócio-histórico no cerne de seu pensamento. Desse modo, o filósofo russo deu um passo importante ao incluir a estratificação social na linguagem.

Além disso, assume-se a presença fundamental da subjetividade na pesquisa, em que o pesquisador dá uma resposta ativa ao *corpus* no processo de interpretação, conforme Bakhtin (2011a) compreende a pesquisa em ciências humanas.

Essa reflexão é importante até porque, é válido situar este autor em relação ao tempo, ao espaço e às condições de elaboração desta pesquisa. Este pesquisador atuou em diversas ações e participou da construção do Projeto ResPire de Redução de Riscos e Danos (projeto antiproibicionista, que produziu os materiais informativos do gênero folder dos quais se vale esta pesquisa). Mais informações sobre o projeto e as suas ações estão disponíveis na seção 3 desta dissertação.

Por fim, a seguir o leitor encontrará as seguintes seções: 1 Uma abordagem dialógica: Para um olhar além da proibição, em que se iniciará a composição do referencial teórico. 1.1 Linguagem e diálogo, aqui, foi abordado o conceito de linguagem e diálogo de acordo com o Círculo de Bakhtin. 1.2 Signo e ideologia, em que são encontrados os conceitos de Signo e Ideologia, também de acordo com os pensamentos do Círculo. 1.3 Enunciado, gênero discursivo e esfera de atividade humana, finalizando a seção de referenciais teóricos. 1.4 Procedimentos metodológicos, esta seção apresenta os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho; 2 Contextualização Histórica das Políticas de Drogas no Brasil e no Mundo, aqui se inicia um recorte histórico social sobre a história das drogas e do proibicionismo no mundo e no Brasil. 2.1 Um recorte sobre a origem da proibição de drogas no mundo, 2.2 Um recorte sobre a origem da proibição de drogas nos EUA, 2.3 Um recorte sobre as políticas de drogas no Brasil, 2.4 Criminologia e Direito Penal, 2.5 Necropolítica, 2.6 Explicação sobre a política de Redução de Danos; 3 Análise de Materiais Informativos Antiproibicionistas do Projeto ResPire De Redução de Riscos e Danos, já nesta penúltima seção é apresentado a análise do material e a contextualização do Projeto Respire. 3.1 Contextualização do Projeto ResPire de Redução de Riscos e Danos, 3.2 Análise dos Materiais Antiproibicionistas do Projeto ResPire de Redução de Riscos e Danos; 4 Considerações finais; e Referências.

2. Uma Abordagem Dialógica: Para Um Olhar Além Da Proibição

Neste capítulo, são abordados o referencial teórico e o processo metodológico utilizados para a elaboração desta pesquisa. Este trabalho baseia-se na abordagem bakhtiniana da linguagem, adotando a análise dialógica do discurso sob uma ótica intrinsecamente relacionada aos contextos sociais dos enunciados e à importância fundamental da linguagem na construção e manutenção ou alteração das estruturas sociais.

Sendo assim são utilizados escritos do Círculo de Bakhtin. O círculo considerava a linguagem não como um sistema fechado e estático, mas como uma entidade viva, dinâmica e profundamente enraizada no contexto social e cultural. Para os autores que compõem o círculo (são usados aqui Bakhtin e Volóchinov), o discurso é intrinsecamente dialógico, o que significa que cada enunciado é uma resposta a enunciados anteriores e, ao mesmo tempo, antecipa possíveis respostas futuras. Esta natureza dialógica do discurso revela a interdependência dos textos, dos indivíduos e dos contextos sociais nos quais eles emergem e operam.

Sua abordagem destaca a importância dos aspectos sociais dos enunciados, reconhecendo que cada ato de fala é carregado de intenções e ideologias específicas, refratando e moldando simultaneamente as estruturas sociais. O Círculo introduziu conceitos fundamentais e que são utilizados para embasar esta pesquisa, como dialogismo, valor ideológico, enunciado, gênero discursivo e esfera de atividade humana.

A fim de tornar a leitura mais fluida, as noções bakhtinianas que serão utilizadas em maior escala nesta pesquisa são divididas em subseções.

2.1. Linguagem e Diálogo

De acordo com "Marxismo e Filosofia da Linguagem" de Valentin Volóchinov (2018), de agora em diante referido como MFL, a língua é compreendida como um fenômeno social. Grillo, no prefácio de MFL, ecoa Cassirer ao afirmar que: o "papel da linguagem não consiste em apenas repetir as determinações e diferenças que já existem na mente, e sim em estabelecê-las e torná-las inteligíveis como tais" (Cassirer, apud Grillo 2018, p.64). Esse será o conceito que embasa a análise do

corpus deste estudo. Ou seja, a linguagem é intrinsecamente formadora, e não meramente reprodutora da realidade.

Neste contexto, o signo linguístico serve como um mediador essencial nesse processo formativo. Portanto, seguindo Cassirer, a função da linguagem transcende a mera repetição de conceitos pré-existentes na mente; ela atua na criação e execução desses conceitos (Cassirer, citado por Grillo, 2018, p.64).

O Círculo de Bakhtin, um dos mais influentes grupos de teóricos da linguagem do século XX, ofereceu uma visão revolucionária da linguagem, vendo-a não apenas como um meio de comunicação, mas como o epicentro das lutas sociais e ideológicas. Para Bakhtin (2011), cada momento de fala ou escrita é imbuído de camadas de significado, cada uma refletindo e refratando a interseção de vozes individuais e coletivas dentro de um contexto social e histórico específico.

No pensamento do Círculo, a linguagem é entendida como um produto da atividade coletiva humana, refletindo em todos os seus elementos tanto a organização econômica quanto a estrutura sociopolítica da sociedade que a gerou (Volochínov, 2018).

A linguagem associada a um dos processos de formação do desenvolvimento humano, em Bakhtin, pode ser compreendida como o que constitui a consciência das pessoas.

A linguagem como uma relação acaba por se descolar das tradições focadas em seus aspectos morfológicos. Desse modo, a ênfase não é dada ao que é adquirido em cada etapa do desenvolvimento, como destacava Piaget¹⁴, mas sim ao que é transformado, coconstruído, reinterpretado a partir da linguagem em seu acontecimento concreto, em sua apropriação como signo, em dado momento histórico-cultural, como compartilhado por Vygotsky^{2,15}. Em Bakhtin, o "sujeito" emerge na relação com o outro. É um sujeito dialógico e seu conhecimento é fundamentado no discurso que ele produz. (Scorsolini-Comin; Santos, 2010, p. 750).

Dessa forma, essa abordagem do discurso não separa a materialidade dos enunciados dos sujeitos que participam dessa interação, nem das condições de produção, circulação e recepção dos enunciados, ou dos elementos sócio-históricos e ideológicos que influenciam seus significados. Tudo isso é considerado parte de um fenômeno natural da linguagem: o dialogismo.

O dialogismo, nessa perspectiva, pode ser entendido como:

o princípio constitutivo da linguagem, o que significa que toda linguagem, em qualquer campo, está impregnada por relações dialógicas. A concepção

dialógica contém a ideia da relatividade da autoria individual e, por conseguinte, o destaque do caráter coletivo e social da produção de discursos. (Scorsolini-Comin; Santos, 2010, p. 748).

O conceito de diálogo é parte fundamental para a elaboração desta pesquisa. Segundo Bakhtin (2011a) todo enunciado comporta-se como réplicas de diálogos que já foram proferidos anteriormente, os quais admitem respostas em forma de novos enunciados, dessa maneira estabelecendo essa relação dialética.

Dois enunciados distantes um do outro, tanto no tempo quanto no espaço, que nada sabem um sobre o outro, no confronto dos sentidos revelam relações dialógicas se entre eles há ao menos alguma convergência de sentidos (ainda que seja uma identidade particular do tema, do ponto de vista, etc.). (Bakhtin, 2011a, p. 331).

Sendo assim, o dialogismo pode ser entendido como o modo de funcionamento real da linguagem, é o princípio constitutivo do enunciado. Dessa forma, não se tem acesso direto à realidade, já que ela é sempre mediada pela linguagem.

Sendo assim, a análise dialógica do discurso realizada nesta pesquisa foca nas interações entre os signos, sua conexão com o enunciado, e como este se relaciona com a série de outros enunciados aos quais responde. A pesquisa também examina a relação dos enunciados com o gênero discursivo a que pertencem, a esfera de atividade humana em que se manifestam e as estruturas socioeconômicas, grupos, classes e sujeitos envolvidos. É através dessas interações dialógicas que a pesquisa busca compreender como os sentidos são produzidos e como os valores são colocados em conflito, ressignificando a palavra em função da realidade concreta.

Conforme explorado ao longo desta seção, a linguagem é essencialmente um fenômeno social, conforme discutido em “Marxismo e Filosofia da Linguagem” (MFL) de Valentin Volóchinov. A linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas também o epicentro das lutas sociais e ideológicas. Cada enunciado, para Bakhtin, carrega múltiplas camadas de significados, reflexo das interações entre vozes individuais e coletivas dentro de um contexto histórico e social específico.

É importante ressaltar que o signo linguístico atua como um mediador no processo formativo da realidade, transcendendo a mera repetição de conceitos pré-existentes. Volochínov argumenta que a linguagem é um produto da atividade coletiva humana, refletindo em seus elementos a organização econômica e a estrutura sociopolítica da sociedade que a gerou (Volochínov, 2013).

O conceito de dialogismo, fundamental para esta pesquisa, reforça que cada enunciado é uma réplica dialógica que responde a enunciados anteriores e antecipa respostas futuras. Bakhtin (2011) ilustra que mesmo enunciados distantes no tempo e no espaço podem revelar relações dialógicas através da convergência de sentidos (Bakhtin, 2011).

Assim, a análise dialógica do discurso, como a que será realizada neste estudo, concentra-se nas interações entre os enunciados e suas relações com os gêneros discursivos e contextos socioeconômicos. É através dessas interações que se produzem sentidos e se colocam valores em conflito, ressignificando a palavra em função da realidade concreta. Este enfoque permite compreender a linguagem, como já dito, não apenas como reprodutora, mas como formadora e/ou transformadora da realidade, evidenciando seu papel central nas dinâmicas sociais e ideológicas.

2.2. Signo e Ideologia

Em "Marxismo e Filosofia da Linguagem" (MFL), Volóchinov aborda o signo linguístico como um fenômeno profundamente social e ideológico. Ele argumenta que os signos não são entidades estáticas ou abstratas, mas são constantemente moldados pelas interações sociais e contextos históricos específicos. A análise de Volóchinov enfatiza que o significado de um signo é determinado pelas condições concretas de uso e pelas relações sociais que envolvem sua produção e recepção. (Volóchinov, 2018).

Sendo assim, é possível afirmar que o signo é responsável pela materialização da comunicação social e, nesse processo a realidade é concretizada a partir da valoração de determinados grupos sociais, ou seja, o mesmo objeto no mundo é visto, percebido e representado de modo tão diferente de acordo com os diferentes grupos sociais ou, ainda, de acordo com os diferentes interesses desses grupos sociais.

Dessa forma, os signos linguísticos estão intrinsecamente ligados às condições sociais e econômicas da comunicação. O Círculo critica a visão idealista que trata os signos como entidades abstratas, destacando que o significado de um signo é determinado pelas condições concretas de uso e pelas relações sociais envolvidas.

Ainda, Volóchinov, em MFL, enfatiza que os signos não são estáticos ou autônomos; eles são produtos das interações sociais e refletem as relações de poder

e as estruturas sociais. Os signos linguísticos são constantemente moldados pelo contexto histórico e pelas condições sociais de produção e recepção.

Como sabemos, todo signo surge entre indivíduos socialmente organizados no processo da sua interação. Portanto, as formas do signo são condicionadas, antes de tudo, tanto pela organização social desses indivíduos quanto pelas condições mais próximas da sua interação. A mudança dessas formas acarreta uma mudança do signo. Acompanhar a vida social do signo verbal deve ser uma das tarefas da ciência das ideologias. Apenas sob essa abordagem da inter-relação entre o signo e a existência pode adquirir uma expressão concreta, e apenas nessa condição o processo da determinação causal do signo pela existência aparecerá como o processo da verdadeira transformação da existência em signo, da autentica refração dialética da existência no signo. (Volóchinov, 2018, p. 110).

Dessa forma, a análise do signo deve sempre considerar o contexto social e histórico em que ele está inserido, reconhecendo que a linguagem é tanto um reflexo quanto um agente ativo na formação das realidades sociais. A ciência das ideologias, ao acompanhar essa dinâmica, revela como os signos não apenas representam, mas também transformam as condições sociais. Assim, o estudo da linguagem se torna fundamental para compreender as complexas relações entre discurso, poder e sociedade, destacando a importância de uma abordagem dialógica que capte a contínua refração da existência nos signos.

Já em relação à ideologia, Volóchinov a define em “*Que é a Linguagem*”, escrito em 1930. Conforme Miotello (2020, p.169), por ideologia o autor entende:

a totalidade das reflexões e interpretações da realidade social e natural que acontecem no cérebro do homem, materializadas por meio de palavras, desenhos, diagramas ou outras formas sígnicas. (Miotello, 2020, p.69).

Para o círculo, de acordo com Miotello (2020), o conceito de ideologia é compreendido em relação dialética e não em relação causal. Os autores do círculo partem do que já era aceito pelos marxistas, ou seja, entender ideologia como “falsa consciência”, mas “não concordam inteiramente com essa conceituação”. Miotello (2020, p. 169) ainda acrescenta: “Logo se vê que não cabe a possibilidade de tratar a ideologia como falsa consciência, ou simplesmente como expressão de uma ideia, mas como expressão de uma tomada de posição determinada”.

Miotello (2020) apresenta o conceito de ideologia oficial e ideologia do cotidiano, tal como definida por Volóchinov, em MFL. A ideologia oficial é entendida como a ideologia dominante, já a ideologia do cotidiano é considerada como a que surge nos encontros casuais.

Ou seja, de um lado, há aquelas vozes que são incorporadas e assimiladas como voz de autoridade e que são consideradas como forças centrípetas. E, do outro, há as vozes que agem como forças centrífugas, permeáveis, e que são consideradas relativamente instáveis. Essas vozes são assimiladas como posição de sentido internamente persuasiva (Fiorin, 2020, p. 61).

De acordo com Bakhtin, a construção do sujeito é formada pelas relações sociais em que o indivíduo está inserido. Ou seja, como a realidade é heterogênea, o sujeito absorve várias vozes sociais, desse modo, sua consciência é formada de diferentes vozes, em relação de discordância ou de concordância entre si (FIORIN, 2020). Sobre isso, Fiorin (2020, p. 62) acrescenta: “Quanto mais a consciência for formada de vozes de autoridade, mais ela será monológica, ptolomaica. Quanto mais for constituída de vozes internamente persuasivas, mais será dialógica, galileana”.

Sendo assim, tais conceitos a respeito da linguagem e seu caráter ideológico servem de ajuda para compreender que os discursos apenas fazem sentido se postos numa relação dialógica dentro de um espaço e tempo bem delimitado. Sobre isso, Miotello escreve:

Nesse sentido, a ideologia é o sistema sempre atual de representação de sociedade e de mundo construído a partir das referências constituídas nas interações e nas trocas simbólicas desenvolvidas por determinados grupos sociais organizados. É então que se poderá falar do modo de pensar e de ser de um determinado indivíduo, ou de determinado grupo social organizado, de sua linha ideológica, pois que ele vai apresentar um núcleo central relativamente sólido e durável de sua orientação social, resultado de interações sociais ininterruptas, em que a todo momento se destrói e se constrói os significados do mundo e dos sujeitos. (Miotello apud Brait, 2020).

Tais reflexões produzidas pelo círculo facilitam a compreensão de que a materialização da língua dentro de determinado contexto da atividade humana, ou da comunicação social, deve ser compreendida também sem desconsiderar a influência da instância socioeconômica, e que isso “constitui as produções ideológicas, segundo a lógica particular de cada campo.” (Grillo, 2005, p. 171).

Vale ressaltar que a obra do círculo se caracteriza por admitir as especificidades de cada campo, mas também por assumir o caráter onipresente da palavra, já que ela está presente em todos as esferas ideológicas (ciência, religião, política, educação, etc.).

Toda refração ideológica do ser em processo de formação seja qual for a natureza de seu material significante, é acompanhada de uma refração

ideológica verbal, como fenômeno obrigatoriamente concomitante. A palavra está presente em todos os atos de compreensão e em todos os atos de interpretação. Todas as propriedades da palavra que acabamos de examinar – sua pureza semiótica, sua neutralidade ideológica, sua implicação na comunicação humana ordinária, sua possibilidade de interiorização e, finalmente, sua presença obrigatória, como fenômeno acompanhante, em todo ato consciente – todas essas propriedades fazem dela o objeto fundamental do estudo das ideologias (Volóchinov apud Grillo, 2005, p.172).

Dessa forma, quanto mais o sujeito estiver em contato com discursos autoritários, mais sua consciência será formada pelas forças centrípetas, e quanto mais for constituída de discursos diversos e por vozes diversas, mais sua consciência será dialógica.

2.3. Enunciado, Gênero Discursivo E Esfera De Atividade Humana

De acordo com Bakhtin em sua obra “Os gêneros do discurso” (2016, p. 11):

Todos os diversos campos de atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse uso sejam tão multiformes quanto os campos de atividade humana, o que, é claro, não contradiz a unidade nacional de uma língua. O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo de atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional - estão indissoluvelmente ligados no conjunto do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciado, os quais denominamos gêneros do discurso. (Bakhtin, 2016 p. 11).

Bakhtin define o enunciado como a unidade fundamental da comunicação. Diferente de uma frase isolada, que pode ser estudada em termos de sua estrutura gramatical, o enunciado é um fenômeno da fala real, situado em um contexto comunicativo específico. Ele é sempre proferido por um sujeito em um determinado momento e lugar, dirigido a um interlocutor e respondendo a um contexto social e histórico particular. Essa natureza concreta e situada do enunciado é essencial para a teoria do autor, que busca compreender a linguagem em seu uso orgânico e vivo.

Uma característica crucial do enunciado, conforme Bakhtin, é sua orientação dialógica. Todo enunciado é uma resposta a enunciados anteriores e se projeta para receber respostas futuras. Isso significa que o enunciado nunca é uma entidade isolada, mas sempre parte de uma cadeia contínua de comunicação. A intencionalidade do falante e a expectativa da resposta do ouvinte são componentes essenciais que moldam a forma e o conteúdo do enunciado. Essa orientação dialógica reflete a natureza profundamente interativa e social da linguagem, na qual o significado é construído pelos participantes do diálogo.

Além disso, Bakhtin (2011a) destaca, dialeticamente, que os enunciados ao mesmo tempo que são moldados pelos gêneros do discurso, que são formas relativamente estáveis de comunicação apropriadas a diferentes esferas da atividade humana, também são responsáveis por moldar tais gêneros do discurso. Cada gênero do discurso define certas regras e convenções que influenciam a produção e a interpretação dos enunciados. Dessa forma, para entender plenamente um enunciado, é necessário considerar não apenas sua linguagem, mas também o gênero ao qual ele pertence e o contexto situacional em que é proferido. Essa abordagem permite uma compreensão mais rica e completa da linguagem, levando em conta sua funcionalidade social e histórica.

Bakhtin (2011a) nos convida a considerar a dinâmica social e histórica que molda os enunciados. Isso inclui a análise das vozes sociais presentes no discurso, as relações de poder entre os interlocutores e o contexto situacional em que o enunciado é produzido e recebido. Dessa forma, a teoria do enunciado de Bakhtin oferece uma perspectiva rica e complexa para a análise do material que compõe o *corpus* desta pesquisa.

Dessa forma, o conceito de enunciado, com sua ênfase na natureza dialógica da comunicação e na importância dos gêneros do discurso, fornece uma ferramenta poderosa para a análise da linguagem em contextos sociais e históricos. Ao considerar o enunciado como uma unidade concreta de comunicação, Bakhtin amplia nossa compreensão da linguagem como um fenômeno vivo e interativo, profundamente enraizado nas práticas sociais e culturais.

Já introduzindo o próximo tópico desse subitem, como evidenciado pelo autor (e como é possível ver na citação acima), “cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso” (Bakhtin, 2016, p.12). Os

gêneros do discurso são formas relativamente estáveis de enunciados que emergem em contextos específicos, como a comunicação científica, a comunicação cotidiana, a comunicação literária, entre outros. Cada gênero possui suas próprias regras e convenções, que moldam tanto a forma quanto o conteúdo dos enunciados.

Os gêneros discursivos ocupam um lugar central nas diferentes esferas de atividade humana, manifestando-se em múltiplas formas, cada uma com características específicas relacionadas à sua produção, circulação e recepção. Para Bakhtin (2011a), os gêneros discursivos são constituídos por três elementos principais: o conteúdo temático, que define o assunto abordado; o estilo, que reflete as escolhas linguísticas adequadas à esfera de uso; e a construção composicional, que organiza os elementos estruturais do gênero. A interação desses três aspectos, como visto acima, dá origem a formas relativamente estáveis de enunciados, desenvolvidas e moldadas conforme o contexto específico de utilização da linguagem.

Embora apresentem estabilidade relativa, os gêneros discursivos não são estáticos. Eles estão sujeitos a transformações ao longo do tempo, impulsionadas por mudanças nas atividades sociais, pelo desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e pela introdução de novas práticas coletivas. Tais fatores ampliam as possibilidades de interação verbal, permitindo que os gêneros se adaptem e atendam às demandas de contextos socioculturais em constante evolução. Além disso, os gêneros discursivos interagem entre si, estabelecendo relações de proximidade, distanciamento ou até mesmo de influência mútua entre diferentes esferas de comunicação.

Nesse sentido, o conceito de gênero discursivo, segundo Bakhtin, é profundamente dinâmico e dialógico, refletindo as condições históricas e sociais que o permeiam. Sua transformação contínua evidencia a capacidade da linguagem de se reinventar, acompanhando as transformações sociais e tecnológicas que moldam as formas de comunicação e interação humana. Assim, compreender os gêneros discursivos enquanto fenômenos históricos e sociais permite revelar as relações entre linguagem, cultura e poder no contexto das práticas comunicativas.

O filósofo russo distingue entre dois tipos principais de gêneros; são eles: gêneros primários (são os gêneros mais simples e espontâneos, que surgem em situações de comunicação diária, como conversas informais, diálogos entre amigos, ou correspondências pessoais - esses gêneros são geralmente curtos e descomplicados, diretamente ligados ao contexto imediato em que ocorrem); e

gêneros secundários (são mais complexos e estão associados a formas culturais e institucionais mais elaboradas, como a literatura, a ciência, o jornalismo, e a política - esses gêneros incorporam e reelaboram os primários, sendo mais estruturados e com uma organização interna mais rígida).

Sendo assim, os gêneros do discurso não são apenas formas linguísticas, mas também refletem e refratam as condições sociais e ideológicas nas quais ocorrem. Cada gênero possui um estilo e uma estrutura própria que são reconhecíveis pelos participantes da comunicação e que permitem a interpretação e a resposta adequadas dentro daquele contexto específico. Mas é válido lembrar que os gêneros do discurso também estão sujeitos à organicidade da língua e, portanto, admitem mudanças. Em outras palavras, os gêneros do discurso não são entidades fixas ou estáticas; ao contrário, são dinâmicos e estão em constante transformação, acompanhando as mudanças nas práticas sociais e nas condições históricas (Bakhtin, 2016).

Então, para o círculo, os gêneros do discurso não são apenas formas linguísticas, mas também agentes sociais de comunicação que carregam valores, ideologias e visões de mundo. Cada gênero reflete as condições sociais e históricas de sua criação e uso, e ao mesmo tempo, contribui para a perpetuação ou transformação dessas condições.

Os gêneros do discurso são, portanto, arenas onde diferentes vozes sociais interagem e se confrontam. Eles são espaços de luta simbólica, onde diversas ideologias e perspectivas competem por legitimidade e reconhecimento. Assim, o estudo dos gêneros do discurso não se limita à descrição de suas características formais, mas também envolve a análise das forças sociais e ideológicas que os moldam e são moldadas por eles.

Por fim, Bakhtin argumenta que os gêneros do discurso desempenham um papel crucial na produção de sentido e na interpretação da linguagem (Bakhtin, 2016). Ao utilizar um gênero particular, os falantes e ouvintes compartilham um conjunto de expectativas sobre como o discurso deve ser estruturado e compreendido. Esses padrões de expectativa permitem que a comunicação seja mais eficiente, pois orientam a produção e a interpretação dos enunciados dentro de uma determinada esfera de comunicação.

Além disso, os gêneros do discurso facilitam a adaptação da linguagem a diferentes contextos e funções sociais, permitindo que a comunicação verbal se torne

uma ferramenta versátil e eficaz para a interação humana. Bakhtin sugere que a habilidade de reconhecer e utilizar diferentes gêneros é fundamental para a competência comunicativa, pois permite aos indivíduos navegar por diversas esferas de comunicação, desde as mais informais até as mais formais e institucionalizadas.

A teoria dos gêneros do discurso presente na obra do Círculo oferece uma perspectiva rica e multifacetada sobre a linguagem, destacando sua natureza social, histórica e ideológica. Ao explorar como os gêneros organizam e orientam a comunicação verbal em diferentes contextos, Bakhtin (2011a) nos fornece uma ferramenta poderosa para entender a complexidade das práticas discursivas e sua relação com as estruturas sociais. A distinção entre gêneros primários e secundários, bem como a ênfase na dimensão ideológica dos gêneros, são contribuições centrais que continuam a influenciar os estudos da linguagem e da comunicação. Assim, essa concepção dos gêneros do discurso permanece um marco na análise da linguagem e uma fonte de inspiração para a investigação acadêmica em diversas áreas do conhecimento.

2.4. Dialogismo E Resistência

Para a perspectiva bakhtiniana, pode-se compreender resistência como um ato responsivo do sujeito diante de discursos autoritários que buscam impor uma única visão de mundo. Aqui é importante lembrar do caráter responsivo do enunciado. Reafirmamos que, para Bakhtin (2011), a linguagem é essencialmente dialógica, e todo enunciado se constitui em relação a outros discursos, seja para reafirmá-los, seja para confrontá-los. Assim, a resistência não é uma simples negação do poder, mas um processo ativo de produção de sentido, no qual o sujeito se posiciona criticamente frente a discursos que buscam naturalizar determinadas hierarquias e mecanismos de controle social.

Portanto, considerando resistência como uma forma de resposta ativa do sujeito diante de discursos autoritários e ptolomaicos que buscam impor uma única perspectiva de mundo, ela se torna mais do que uma simples reação, trata-se de um posicionamento ético e discursivo, no qual o indivíduo, ao reconhecer sua responsabilidade na construção e manutenção (ou alteração) da realidade, se insere de maneira crítica e reflexiva na guerra social. A resistência, dessa forma, não se limita a uma oposição direta ao poder, mas manifesta-se na capacidade de questionar,

reinterpretar e produzir novos sentidos dentro de um contexto de dominação (BEDE, 2023).

Sob esse prisma, a relação entre sujeito e linguagem é fundamental para compreender como a resistência se articula no cotidiano. O indivíduo não existe isoladamente, mas se constitui na interação com o outro (relação de alteridade) e é nesse diálogo que se torna possível contestar discursos que tentam se impor como verdades absolutas. A linguagem, ao mesmo tempo em que pode ser instrumento de opressão, também se apresenta como espaço de transformação, na medida em que permite a construção de um “discurso outro” que rompe com estruturas monológicas. (estabelecendo, dessa forma, uma relação dialética).

Portanto, o sujeito há de resistir, na forma como ele se situa na sociedade, assumindo uma postura ativa diante das narrativas que buscam silenciá-lo. Tal qual acontece com o usuário de drogas marginalizado e nas ações relacionadas à Redução de Riscos e Danos associados ao uso de drogas. Isso implica não apenas a recusa da submissão, mas também a criação de alternativas que desafiem as lógicas de exclusão, punição e controle.

Dessa maneira, a resistência se configura como um exercício constante de resposta, no qual o sujeito não apenas se opõe, mas reivindica seu direito à palavra e à participação na produção de sentidos coletivos, propondo, dessa maneira, alternativas às políticas proibicionistas relacionada às drogas.

No contexto desta pesquisa, sobre o proibicionismo e o antiproibicionismo em relação às drogas, a resistência se manifesta no embate entre discursos jurídicos, midiáticos e científicos que sustentam a criminalização e aqueles que propõem alternativas baseadas na redução de danos e no reconhecimento das desigualdades sociais que permeiam essas políticas.

O discurso proibicionista, historicamente vinculado a estratégias de controle social, opera dentro de uma lógica monológica, ou seja, busca silenciar vozes dissidentes e apresentar-se como a única verdade possível. Esse discurso se materializa em diversos gêneros discursivos, desde textos legais até campanhas institucionais, reforçando estereótipos e criminalizando grupos específicos, especialmente populações vulneráveis (não vamos entrar nessa discussão neste subitem, mas é neste contexto que surge o Centro de Convivências ÉdeLei – ver nas próximas seções).

Por outro lado, o discurso antiproibicionista, ao reivindicar políticas de cuidado e inclusão, instaura uma relação dialógica ao questionar as bases morais e econômicas da proibição. Ao contrário da lógica monológica, que busca eliminar contradições e divergências, o discurso antiproibicionista se caracteriza por sua polifonia, abrindo espaço para múltiplas vozes – de pesquisadores, profissionais de saúde, usuários e movimentos sociais – que constroem novos sentidos sobre o fenômeno das drogas. A disputa entre esses discursos não se dá apenas no campo teórico, mas na materialidade da linguagem, nos gêneros discursivos que estruturam as interações sociais e nas formas como esses enunciados circulam e se transformam, ou seja, na relação entre teoria e prática.

Os gêneros do discurso desempenham um papel fundamental nesse embate, pois são eles que organizam e estabilizam as formas de dizer, conferindo autoridade a determinados discursos em detrimento de outros. No caso do proibicionismo, os textos jurídicos, pareceres técnicos e declarações institucionais operam dentro de gêneros que conferem legitimidade ao discurso repressivo. Já o discurso antiproibicionista busca ocupar e ressignificar esses espaços discursivos, utilizando-se de relatórios científicos, manifestações artísticas, discursos acadêmicos e narrativas de experiência para tensionar a hegemonia do proibicionismo.

A resistência, nesse sentido, ocorre não apenas na contestação direta ao discurso dominante, mas na própria criação de novos gêneros e formas de circulação do discurso (como ocorre com a distribuição dos Folders do ResPire, por exemplo). Movimentos sociais e pesquisadores críticos do proibicionismo, nesse contexto, se apropriam de gêneros tradicionalmente institucionais, como relatórios, artigos científicos e folders informativos, para subverter os sentidos hegemônicos e propor novas formas de compreender e lidar com a atual política de drogas. Assim, o embate entre proibicionismo e antiproibicionismo não se dá apenas no campo jurídico, científico, ou político, mas na própria linguagem, evidenciando a centralidade dos gêneros discursivos na manutenção ou na contestação do poder.

Dessa forma, a resistência, quando vinculada ao estudo da linguagem e dos gêneros discursivos, não se reduz a uma oposição passiva, mas se apresenta como um ato responsivo, ativo e produtivo, no qual o sujeito se apropria da linguagem para contestar, ressignificar e transformar os sentidos historicamente consolidados. No contexto da política de drogas, essa resistência se manifesta na luta contra a criminalização dos corpos marginalizados, na proposição de novas formas de cuidado

e na disputa por espaços discursivos que permitam a emergência de vozes silenciadas pelo proibicionismo.

2.5. Procedimentos Metodológicos

Como visto na introdução, a metodologia deste estudo baseia-se na análise dos enunciados por meio dos pressupostos bakhtinianos sobre a linguagem, sobre o sujeito e sobre a natureza da pesquisa em ciências humanas.

A revisão bibliográfica desempenha um papel crucial ao fornecer o embasamento teórico necessário e promover o aprofundamento dos conceitos essenciais para a análise, tais como diálogo, enunciado concreto, ideologia e as diferentes esferas de atividade. Para isso, os trabalhos de Bakhtin (2010, 2011, 2016) e Volóchinov (2018) serão fundamentais, além de contarem com o suporte de comentadores (Brait, 2020; Fiorin, 2020; Grillo, 2022; Miotello, 2020).

Outros autores relevantes para a pesquisa são: Carneiro (2023), Cavallari e Figueiredo (2020), Domanico (2019), Escohotado (1997), Mesquita e Bastos (1994), Santos (2006), Sodelli (2010) e Zaffaroni (1998, 2012).

A pesquisa se apoia na ideia central de que a subjetividade desempenha um papel essencial na investigação em ciências humanas. De acordo com Bakhtin (2011), o pesquisador assume uma postura ativa frente ao corpus de estudo, oferecendo uma interpretação que é, ao mesmo tempo, resposta e interação com o objeto analisado.

Ademais, a metodologia deste estudo é aplicada na análise de materiais produzidos por projetos e coletivos antiproibicionistas, entendidos como pertencentes ao gênero folder. Estes materiais são examinados à luz do caráter dialógico da linguagem, como proposto por Bakhtin, considerando-se a forma como o discurso antiproibicionista se posiciona em relação ao discurso proibicionista amplamente difundido. A análise levará em conta a materialização das ideias bakhtinianas, particularmente no que tange à natureza responsiva do enunciado, à presença de múltiplas vozes e à interação entre diferentes ideologias.

Esses folders, ao serem entendidos como um gênero específico, evidenciam o diálogo entre o conhecimento popular, as políticas públicas e as estratégias de redução de danos, criando assim uma rede de sentidos que se contrapõe ao discurso hegemônico proibicionista.

O estudo será guiado por conceitos fundamentais discutidos anteriormente, como enunciado concreto, ideologia e esfera de atividade humana, os quais estão intrinsecamente relacionados ao processo de produção e circulação desses materiais.

Portanto, com o embasamento teórico oferecido pelas obras de Bakhtin (2010, 2011, 2016) e Volóchinov (2018), a análise prática dos materiais pretende explorar como as ideias bakhtinianas se manifestam concretamente nesses discursos e como eles desempenham um papel ativo na construção de novas práticas sociais e políticas em torno das drogas.

3. Contextualização Histórica Das Políticas De Drogas No Brasil E No Mundo

Na última década houve um aumento de 20% dentre os usuários de substâncias ilícitas no mundo.

Globalmente, mais de 292 milhões de pessoas usaram drogas em 2022, um aumento de 20% em relação à década anterior. A canábis continua a ser a droga mais consumida em todo o mundo (228 milhões de usuários), seguida dos opioides (60 milhões), das anfetaminas (30 milhões), da cocaína (23 milhões) e do ecstasy (20 milhões de usuários) (UNODC, 2024).

Diante dessa situação e da problemática do governo brasileiro em lidar com a questão, há a necessidade de se pensar em outras alternativas a guerra às drogas, que, como visto acima, neste trabalho, é mais danosa a determinada parcela da população.

Para entender melhor esse fenômeno, nesta seção será apresentada uma reflexão sobre o proibicionismo em relação às drogas, no Brasil e no mundo. Serão utilizados autores como: Bastos, Boon, Carneiro, Domanico, Escohotado, Mbembe, Mesquita, Santos, Sodelli, Szasz e Zaffaroni.

3.1. Um Recorte Sobre A Origem Da Proibição De Drogas No Mundo

Nesta seção realizamos uma breve reflexão acerca da origem da proibição do uso de drogas no mundo, desde seus primórdios, e como tais questões influenciaram na construção das atuais políticas públicas de saúde relacionadas às drogas e ao proibicionismo.

No passado, a civilização greco-romana fazia uso de maconha em festas, como uma sofisticada substância recreativa, similar ao atual uso de bebidas alcoólicas mais elitizadas. Naquele tempo a maconha era um produto muito caro, já que era importada do Egito (Sodelli, 2010).

De acordo com Sodelli (2010), Toscano ressalta que: “uma das primeiras civilizações a se preocupar com os perigos dos excessos (bebida, alimento e sexo) foi a greco-romana, na qual a falta de moderação com o vinho, por exemplo, era sempre considerada como uma questão ética e não médica.” (Toscano apud Sodelli, 2010, p.35).

Carneiro (2019) complementa essa visão ao destacar que o uso de substâncias como a maconha, o vinho, o ópio e outras drogas era comum nas civilizações antigas, e seu controle começou a ser mais fortemente exercido a partir do surgimento de interesses religiosos, econômicos e políticos, especialmente com o avanço do mercantilismo. O controle sobre essas substâncias e a formação de um discurso proibicionista não só garantiam o domínio econômico sobre certos produtos, mas também reforçava a ideia de poder sobre o corpo e os hábitos de consumo.

Por exemplo, com o avanço do cristianismo em Roma:

não apenas o ópio, mas as demais substâncias psicoativas clássicas caem sob o estigma de plantas infernais e preparações diabólicas, ao mesmo tempo em que o vinho, reverenciado pelo Antigo Testamento, passa a ser glorificado como sangue do Redentor (Escohotado apud Sodelli, 2010, p.35).

Além da maconha e do álcool, diversas outras substâncias e alimentos também foram alvo de proibições baseadas em justificativas teológicas ao longo da história. Durante a Inquisição da Igreja Católica, por exemplo, algumas pomadas medicinais foram associadas à bruxaria e demonizadas, refletindo a crescente intolerância a práticas consideradas pagãs ou hereges. No contexto do dogmatismo religioso islâmico, o café chegou a ser brevemente proibido, visto como uma ameaça à ordem moral e espiritual da sociedade, ainda que essa interdição tenha sido temporária. Da mesma forma, os espanhóis impuseram a proibição do uso de mate no Paraguai, devido ao seu uso ritualístico entre as populações indígenas, o que reforça a dimensão colonialista dessas práticas proibicionistas (Sodelli, 2010).

Nesses exemplos, a moral religiosa desempenhou um papel central na construção das proibições, moldando a forma como a sociedade lidava com essas substâncias, muitas vezes associando-as a práticas ilícitas ou pecaminosas. O controle sobre o uso de drogas e alimentos não se limitava à saúde ou segurança, mas refletia uma tentativa de impor normas de comportamento baseadas em preceitos religiosos, resultando na repressão de costumes e práticas culturais consideradas "desviantes".

No entanto, em momentos históricos posteriores, outro fator crucial emerge como motivador dessas proibições: o interesse econômico. Com o advento do mercantilismo e o crescimento do comércio global, o controle sobre certas substâncias passou a refletir não apenas questões morais, mas também estratégias de dominação econômica e controle de mercado. Assim, o proibicionismo serviu tanto como

ferramenta de controle social quanto de manutenção do poder econômico, perpetuando uma lógica de exclusão e repressão (Carneiro, 2019).

Essa análise evidencia que, ao longo da história, a proibição de substâncias psicoativas e de certos alimentos foi determinada por uma combinação de fatores religiosos e econômicos, moldando a maneira como essas substâncias são vistas e regulamentadas até os dias atuais.

A história da proibição do ópio na China, no século XIX, é um exemplo disto. A companhia Britânica das Índias Orientais mantinha intenso comércio com os chineses, comprando chá e vendendo ópio trazido da Índia. A droga chegou a representar a metade das exportações britânicas para a China. O primeiro decreto proibindo o consumo de Ópio datou de 1800, mas nunca chegou a ser realmente respeitado (Boon, 2002). (Sodelli, 2010, p.35).

Como visto acima, a primeira civilização a manifestar uma preocupação com os perigos do excesso foi a civilização greco-romana, na qual a moderação no consumo de substâncias como o vinho era tratada como uma questão essencialmente ética, e não médica, refletindo as preocupações filosóficas da época. O cristianismo trouxe uma nova dimensão moral e teológica à forma como a sociedade tratava tanto os alimentos quanto as substâncias psicoativas. Sob a influência cristã, drogas como o ópio e o álcool começaram a ser demonizadas ou glorificadas, dependendo de sua conexão com rituais religiosos, como aponta Escohotado (1997). Assim, a moral religiosa passou a exercer um papel central na determinação do que era permitido ou proibido, estabelecendo uma base para os discursos futuros sobre o controle das drogas.

Com o decorrer do tempo, entretanto, o fator econômico tornou-se determinante na regulamentação e controle das substâncias. No início da idade moderna surge o mercantilismo, quando as grandes navegações começam a se expandir, surgindo daí um novo sistema econômico, militar e político baseado na exploração humana, de recursos e no acúmulo de capital. Recursos esses que se tornaram, inclusive até os dias de hoje, algumas das principais mercadorias negociáveis. (Carneiro, 2019).

Produtos exóticos e de luxo se globalizaram, como as drogas modernas, drogas consumíveis, estimulantes e depressores. (café, chocolate, açúcar, tabaco, ópio, bebidas alcoólicas). Portanto, pode-se evidenciar nas grandes navegações uma enorme rede de tráfico de drogas e de outras especiarias que conquistam novos

consumidores em todos os continentes. A importância desses produtos foi central na formação da sociedade tanto no capitalismo tardio como na sociedade e cultura moderna e seus desdobramentos. (Carneiro, 2019).

No fim do séc. XIX “se estabeleceu uma regulamentação, a partir dos países centrais, que depois - ao longo do século XX – firmaram e impuseram tratados internacionais que instituíram a separação em três diferentes circuitos de circulação das drogas: as substâncias ilícitas, as lícitas medicinais e as lícitas recreativas. A história das drogas é, assim, antes de tudo, a história de suas regulações, da construção de seus regimes de circulação e das consequentes representações culturais e políticas de repressão, incitação ou tolerância. (Carneiro, 2019, p. 19).

Durante a ascensão do mercantilismo, o interesse econômico e a expansão das grandes navegações fizeram com que o comércio de substâncias como o açúcar, o tabaco e o ópio se consolidassem, com essas mercadorias sendo controladas por potências europeias para gerar lucro e dominação. Essa transformação resultou em uma mudança no discurso sobre o consumo de tais substâncias, mudança na qual o proibicionismo começou a ser empregado como uma ferramenta de controle social e de manutenção do sistema produtivista (Carneiro, 2019). As regulamentações que surgiram durante esse período não se preocupavam com a saúde pública, mas eram usadas para moldar comportamentos de acordo com os interesses religiosos, políticos e econômicos vigentes.

Esse movimento histórico entre moral religiosa e interesses econômicos na forma como a sociedade geria e regulamentava o consumo de alimentos e drogas continua a repercutir nas políticas públicas atuais. O discurso proibicionista, alicerçado no controle social e na busca por maximização de lucros, tornou-se uma constante nas regulações de substâncias, cujos efeitos ainda são sentidos até os dias de hoje.

Hoje no Brasil o que existe em relação às políticas públicas de drogas é uma política proibicionista. Tais discursos proibicionistas viabilizam práticas racistas, classistas e manicomiais, e de acordo com os pensamentos do Círculo de Bakhtin, assim como qualquer enunciado, eles são carregados de ideologia. Tais discursos são aceitos por determinado público, que procura apoio a suas posições com justificativas religiosas e morais e com o pretexto de autocuidado, mas visando à manutenção de poder e o lucro.

No início do século XIX, beber demasiado não era uma doença. No máximo, uma prova de mau caráter ou de falta de autocontrole. Essa realidade foi se modificando ao longo do tempo, de acordo com as necessidades e interesses econômicos do capitalismo (ora eram benéficas ou eram malélicas) e em função do seu significado social. Assim, a proibição do comércio de *drogas* surgiu na China, por volta dos anos de 1800, motivada por disputas comerciais, mas travestida em forma de prevenção e manutenção da saúde da população chinesa. (Carneiro apud Albuquerque Junior, 2014).

Por fim, estes enunciados acerca da questão do uso de substâncias psicoativas, através de uma perspectiva proibicionista, colocam em evidência discursos do passado, oriundos da ascensão do cristianismo e posteriormente da ascensão do produtivismo, os quais foram enraizados na sociedade contemporânea a partir da configuração de tabus e estereótipos racistas, classistas e manicomiais, com interesses pautados no capital e com o falso pretexto de prevenção e cuidado da saúde. Hoje eles são aceitos e propagados pela população, principalmente pelo discurso político e religioso, o que traz considerações superficiais e desinformação sobre o tema, enquanto a manutenção do poder se perpetua.

3.2. Um Recorte Sobre A Origem Da Proibição De Drogas Nos EUA

O século XIX serviu tanto para o desenvolvimento da química, possibilitando, dessa maneira a sintetização de novas substâncias psicoativas, como para o surgimento de grupos proibicionistas radicais e movimentos moralistas, como o Prohibition Party (1869) e o Anti-saloon League (1893) (Boon, 2002).

Os EUA, no final do século XIX, tentaram regular o uso do ópio, mas com o objetivo de proibi-lo. Entretanto, como ensina Escotado, tal ação do Governo norte-americano não refletia a preocupação com a consequências do uso do ópio, ou com o aumento do número de usuários dessa substância, mas sim com a maciça imigração chinesa, “destinada a suprir a mão de obra negra, que começava a incomodar os sindicatos americanos.” (Escotado, 1997 apud Sodelli, 2010, p. 38).

Outro aspecto importante diz respeito ao interesse comercial norte-americano no continente asiático, principalmente na China. Assim, com a política antiópio, os EUA pretendiam se aproximar do governo imperial chinês, oferecendo-se para liderar uma iniciativa internacional que lidasse com a questão do tráfico de ópio, problema que perturbava fortemente a economia chinesa. (Sodelli, 2010, p. 38).

Em 1909 ocorreu a conferência sobre o ópio, em Shangai: “foi mais uma manobra diplomática do governo Theodore Roosevelt do que a revelação de reais preocupações de Washington com respeito às drogas”. (RODRIGUES, 2004, p. 47). Dessa maneira, a conferência de Shangai, em 1909 criou o primeiro documento relativo ao controle de determinadas substâncias, limitando a produção do ópio e derivados.

Mesmo que a conferência sobre o ópio não tenha alcançado os propósitos esperados, ela serviu para consolidar dois conceitos fundamentais do discurso proibicionista norte-americano: “o uso legítimo e o combate à fonte de produção.”. (Sodelli, 2010, p. 38). Sendo assim, todo consumo de drogas não relacionado a uso médico e científico seria considerado ilícito; e o combate nas áreas de produção se apresentava como fundamental. (Boon, 2002).

Já na Holanda, em 1911, em Haia, aconteceu a Primeira Conferência Internacional do Ópio. As principais potências do cenário global se reuniram e a posição radical norte-americana ficou mais visível. No ano posterior, também em Haia foi realizada a Primeira Convenção Internacional do Ópio, em que o objetivo era que os países participantes tomassem medidas de controle do comércio do Ópio. Em 1914 foram realizadas novas convenções, sendo nessa última que os EUA criaram a Lei dos Narcóticos de Harrison, “que não só controlava o comércio de cocaína e de ópio, como também tornava ilegal a posse por parte de pessoas não autorizadas. Desta maneira, criaram-se as figuras do traficante e do viciado, sendo ambas passíveis de punição (Szasz, 1975, apud Sodelli, 2010, p. 39).

Nesse mesmo período histórico um movimento social ganhava notoriedade nos EUA, a “sociedade de temperança” - esse movimento era contra o uso de drogas. Principalmente, combatia o alcoolismo: fora responsável tanto pela representação do alcoolismo como doença, quanto pela redefinição da imagem daquele que bebe. (Sodelli, 2010).

Como explica Escohotado (2000), o auge da força política deste movimento foi a aprovação, pelo Congresso dos Estados Unidos, por meio de emenda à Constituição, em 1920, da “lei Seca”, que proibia a manufatura, o transporte, a importação a exportação, a comercialização e o consumo de bebidas alcólicas, em todo o país. (Sodelli, 2010, p. 39).

É desse modo que se inicia o período da Grande Proibição, modelo esse que, na crença de seguidores e apoiadores de tal discurso proibicionista, supriria o vício e

traria de volta a dignidade e a execução da moral aos cidadãos norte-americanos (RODRIGUES, 2004). Todavia, é sabido que não foi isso o que aconteceu. Durante todo o tempo em que vigorou a lei Seca (13 anos), o que apenas se constatou foi:

o aumento das atividades criminosas; a exploração da produção e venda clandestina do álcool; a violência, a corrupção policial, enfim, o fortalecimento e expansão do crime organizado. Constatado o fracasso em diminuir (ou eliminar) o consumo do álcool nos EUA, em 1933, no governo de Franklin Delano Roosevelt, a lei Seca foi revogada. (Sodelli, 2010, p. 40)

Esse movimento social antialcoólicos norte-americano teve muita influência no Brasil, especialmente nas décadas de 1920 e 1930, através de campanhas oficiais contra o uso do álcool, focadas principalmente nas classes populares.

No ano de 1937 a maconha foi proibida (Boon, 2002). Foi aprovado, no Congresso norte-americano, o ato de taxação da maconha, desenvolvido pela FBN (Federal Bureau of Narcotics). Tal ato proibia o uso recreativo da substância, e cerceava, por meio da aplicação de taxas a possibilidade do uso dessa planta para outros fins. Para driblar as taxas que não tornariam viável qualquer produção com base nessa planta, as empresas poderiam solicitar a FBN um selo de aprovação. “Entretanto, como assinala Burgierman (2002), o interesse deste órgão era, invariavelmente, proibir qualquer possibilidade de uso da maconha, pois, como podemos constatar historicamente, a FBN jamais chegou a emitir tal selo de aprovação.” (Sodelli, 2010, p. 41).

Em relação à proibição da maconha, opiáceos e cocaína nos EUA é possível observar interesses estritamente comerciais, pois enquanto era proibida a comercialização dessas substâncias, por outro lado eles regulamentavam, incentivavam e não abarcavam outras drogas que eram produzidas em laboratórios farmacêuticos. Havia um interesse político e também comercial no desenvolvimento dessas drogas sintetizadas em laboratórios; a FDA (Food and Drug Administration) dava a essas drogas sintéticas o aval para livre produção e comercialização, ao invés de proibir, assim como fez com outras substâncias (Szasz, 1975). A partir daquele momento, as leis proibicionistas norte-americanas foram se tornando cada vez mais rígidas. E foi com a fundação da ONU que se tornou possível para os EUA pressionar e influenciar as demais nações com sua política proibicionista antidrogas. (Sodelli, 2010).

Dessa forma, a política proibicionista foi se tornando uma forma de controle, tanto em relação a suas políticas externas, como também às suas políticas internas. Sobre isso, Sodelli (2010, p. 44) afirma: “Especialmente depois de 1961 quando a Convenção Única da ONU determinou que o uso de drogas ilícitas é nocivo à saúde e ao bem estar da humanidade e, portanto, seriam necessárias ações coordenadas e universais para reprimir seu uso.”.

Em paralelo à Convenção Única (1961), naquele mesmo país, um movimento deresistência e combate a essa política surgia: a contracultura, que se opunha às pressões sociais, indo na contramão do individualismo, consumo e competição. Tal movimento foi um dos fatores responsáveis pela difusão do uso de drogas psicoativas e alucinógenas na cultura ocidental; inclusive, ficou conhecido como a vertente existencial do uso de drogas. Contudo, o modelo de governo proibicionista norte americano continuou a se manter como a política internacional em vigor em relação ao uso de drogas.

Entretanto, foi durante os anos de 1969 a 1974 que a política proibicionista norte-americana chegou à sua expressão máxima, com a gestão de Nixon (então presidente dos EUA, Richard Nixon). Quando o problema relacionado ao uso de drogas foi declarado como inimigo número um dos EUA, nesse período, o governo norte-americano introduziu a campanha conhecida como “War on Drugs” (Guerra às Drogas). As drogas passaram a ser mais demonizadas e mais combatidas, com o apoio da DEA (a antiga FBN veio a se tornar a DEA), passando a promover nos Estados Unidos e também no mundo todo (como ocorre ainda nos dias de hoje) afrontas à liberdade e direitos individuais e também públicos. A guerra às drogas trocou o apoio, acolhimento e o tratamento individual e específico pela repressão, pelo discurso dualista (o Bem e o Mal) e pelo discurso do inimigo que precisa ser combatido, através do desenvolvimento de campanhas de demonização das drogas.

Desde então, os problemas relacionados ao uso de substâncias vêm sendo tratados como uma questão de segurança pública e não de saúde e de educação; mesmo diante da ineficácia de tais práticas, essas políticas proibicionistas ainda são as mais difundidas e praticadas. Para além de difundidas e praticadas, os norte-americanos exercem pressão para que o resto do mundo siga suas regras; como, por exemplo, o corte de auxílio econômico aos países considerados como não empenhados na “War on Drugs” (Sodelli, 2010).

No Brasil, a realidade de uma sociedade antiproibicionista ainda parece muito distante, pois, mesmo com o avanço das políticas progressistas de um modo geral, na prática, no país não houve sinalização de mudança nas políticas sobre drogas. Sendo assim, ao que tudo indica a sociedade brasileira está ainda muito distante de uma possível ruptura com as políticas proibicionistas norte-americanas. É necessário estar atento também aos discursos, projetos de lei e debates políticos acerca do assunto, para não se deixar enganar por Projetos de Lei que pareçam ser inclusivos, mas que na verdade ainda são excludentes.

3.3. Um Recorte Sobre As Políticas De Drogas No Brasil

A política pública de saúde em relação às drogas, como já foi visto na introdução deste trabalho, é uma política proibicionista, segregacionista, elitista, racista e manicomial, que promove uma guerra às “drogas”, na qual, na verdade, os prejudicados são as pessoas, dessa forma promovendo uma guerra às pessoas, com enfoque na expansão do poder punitivo (neopunitivismo).

A criminalização discricionária e seletiva prejudica os mais pobres e desrespeita muitas vezes os direitos humanos. Tais dispositivos criados e utilizados para a manutenção dessas políticas têm origem na ascensão do discurso proibicionista, baseado numa relação de poder, que prejudica principalmente a classe dominada, enquanto o interesse e o privilégio dos grupos dominantes se mantêm.

Dessa forma, como também foi visto na introdução deste trabalho, tal discurso é utilizado como de controle social. No Brasil, podemos dizer que essa realidade se mantém, veja-se o art. 28, § 2º, da lei federal 11.343/06, que assevera que a distinção entre o usuário e o traficante de drogas é pautada nas condições pessoais e sociais da pessoa flagrada com a substância proscrita:

Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

I - advertência sobre os efeitos das drogas;

II - prestação de serviços à comunidade;

III - medida educativa de comparecimento à programa ou curso educativo.

§ 1º Às mesmas medidas submete-se quem, para seu consumo pessoal, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica.

§ 2º Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às

condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente. (BRASIL, 2006).

Sendo assim, a política criminal sobre drogas é utilizada como subterfúgio para viabilizar práticas racistas e classistas. Vimos que isso ocorre com a marginalização do jovem periférico, por exemplo, e não apenas pelo Estado, mas também pela grande mídia, o que torna possível, através de tais práticas, e do discurso que coloca as drogas como um mal a ser combatido e extinto (o que é impossível), taxando o usuário como traficante de drogas e, portanto, um vilão da sociedade.

Os abusos e violências que são cometidos contra as pessoas são relevados a partir de um estado de exceção sob o pretexto de combater o inimigo. A punição dos “inimigos” deve acontecer de qualquer maneira, para que os “bons” possam viver despreocupados.

Já foi visto também que o que possibilita essa manutenção do poder é o discurso mais aceito e mais reproduzido da época, o qual, hoje, é oriundo da ascensão do mercantilismo no início do século XVII (com o produtivismo e o comércio no foco das relações sociais) (Carneiro, 2019), sendo o interesse das forças dominantes a base dessa relação.

Uma hipótese é que o que justifica tais práticas, nos dias de hoje, é a realização e a reprodução de um discurso pautado na religião e na moral, o qual não é baseado na ciência e na informação, mas sim nos interesses de classes e na desinformação.

De acordo com a noção de totalidade (Santos, 2006) todas as coisas que existem no universo formam uma unidade. Cada coisa, então, nada mais seria que parte do todo, mas vale lembrar que a totalidade não seria uma “simples soma das partes. As partes que formam a Totalidade não bastam para explicá-las. Ao contrário, é a Totalidade que explica as partes.” (Santos, 2006, p. 115).

Eis por que se diz que o Todo é maior que a soma de suas partes. Tomemos o caso de uma dada sociedade, uma Formação Social. O que a caracteriza no Tempo 1 não é aquilo que a define no Tempo 2. Imaginemos que ela dispõe de uma população global em crescimento, de uma população urbana em crescimento e de uma produção industrial também em crescimento. No Tempo 2, encontraremos situações diferentes daquelas do Tempo 1. A população total já não é a mesma; a população urbana já não é a mesma; a produção industrial já não é a mesma. Assim, no momento B, imediatamente, consecutivo ao momento A, o Todo é diferente do Todo anterior. Mas trata-

se de outra entidade? Ou estaremos diante da mesma sociedade em movimento? Quando a sociedade muda, o conjunto de suas funções muda em quantidade e em qualidade. Tais funções se realizam onde as condições de instalação se apresentam como melhores. Mas essas áreas geográficas de realização concreta da totalidade social têm papel exclusivamente funcional, enquanto as mudanças são globais e estruturais e abrangem a sociedade total, isto é, o Mundo ou a Formação Socioeconômica. (Santos, 2006, p. 116)

Tais conceitos servem de grande ajuda para pensar o fenômeno do mercantilismo e seus desdobramentos até os dias de hoje. O início da globalização aconteceu com a expansão marítima europeia, a qual foi responsável por mudanças gradativas das estruturas sociais. Dessa maneira, o avanço das navegações europeias tornou estável uma alteração no sistema vigente no mundo até então, rumo à integração dos mercados internacionais.

Esse novo modo de pensar as relações comerciais é marcado pela busca de novos mercados e novos produtos, como as especiarias, por exemplo, e também incentivou os europeus a buscarem novas terras e novas rotas para os diferentes produtos.

A principal particularidade desse período foi a constituição das colônias europeias na América, e posteriormente na África e na Ásia, transformando a Europa no grande pioneiro da globalização. Também, foi o que possibilitou a ascensão do sistema capitalista em todo o planeta. Estabeleceu-se então, nesse período, a Divisão Internacional de Trabalho, em que a Europa fornecia através de um sistema de controle a mercadoria e todas as outras áreas forneciam as matérias-primas (alimentos, especiarias, drogas consumíveis, como café, açúcar, chá, tabaco e ópio) e a mão de obra escrava.

Desse modo, o mercantilismo surgiu baseado na exploração de produtos tidos como valiosos e se expandiu com a disputa desses produtos “cujo comércio constituiu a maior parte da atividade das primeiras companhias mercantis, estimulando o surgimento da primeira bolsa de valores e do primeiro banco municipal em Amsterdam”. (Carneiro, 2019, p. 15).

Os produtos exóticos e de luxo que se globalizaram e se vulgarizaram foram as especiarias, o açúcar, o café, o chá, o tabaco e o ópio. São as drogas modernas, os alimentos-drogas, os estimulantes da disposição mental e dos novos sabores do tráfico mercantil, da arrecadação fiscal e da mobilização de poderosas forças navais, de tal forma que se pode ver no mercantilismo uma enorme rede de tráfico de drogas exóticas e valiosas que conquistam novos consumidores em todos os continentes. O papel destes produtos, destas

commodities, foi central na formação da economia, da sociedade e da cultura moderna. Na atualidade, esse impacto se aprofunda, mas desde o início do mercantilismo as drogas modernas conformam um novo sistema econômico e uma nova cultura psicoativa em integração. (Carneiro, 2019, p. 15).

Dessa maneira, foram criados também os dispositivos para manutenção e funcionamento desse sistema, como a polícia, as prisões, hospícios, hospitais, escolas e o proibicionismo. Através desses dispositivos, a classe dominante mantém seu lucro com a comercialização das drogas e a manutenção do poder, além disso a classe dominada é marginalizada e o usuário detentor de pequenos portes de drogas, dependendo de sua classe ou cor, é preso ou inserido nesse sistema, mesmo contra sua vontade, ou até morto, através de uma necropolítica com base no biopoder e no controle social, controle que o discurso médico e a biopolítica contemporânea ajudam a manter (Carneiro, 2019).

Nesse cenário em que os discursos se entrelaçam com relações de poder, é preciso compreender que a criminalização das drogas não se dissocia de interesses econômicos e históricos. O surgimento do mercantilismo, como destaca Carneiro (2019), esteve fortemente vinculado à exploração de produtos considerados valiosos, cujo comércio impulsionou o nascimento das primeiras companhias mercantis e a consolidação de instituições financeiras, como a bolsa de valores e os bancos municipais, especialmente em Amsterdã.

Com a expansão do comércio colonial, substâncias como especiarias, açúcar, café, chá, tabaco e ópio tornaram-se amplamente disseminadas e passaram a ocupar papel central na dinâmica econômica global. Esses produtos, definidos por Carneiro como “alimentos-drogas”, foram essenciais não apenas para o desenvolvimento do capitalismo moderno, mas também para a constituição de uma nova cultura psicoativa e de consumo. Nesse sentido, o comércio de drogas — lícitas ou ilícitas — não pode ser dissociado da lógica de acumulação e do aparato geopolítico que sustentou as grandes potências comerciais desde o início da modernidade.

Com o avanço desse modelo, surgem os dispositivos institucionais encarregados de garantir sua manutenção: prisões, manicômios, hospitais, escolas, forças policiais e, por fim, o proibicionismo enquanto tecnologia de controle social. Esses mecanismos atuam de forma seletiva, criminalizando determinados corpos e práticas com base em critérios de classe, raça e território. O uso ou porte de drogas por sujeitos pertencentes às camadas populares, por exemplo, é frequentemente

tratado de forma punitiva e violenta, revelando a face necropolítica do sistema, que opera por meio do extermínio e da exclusão. Tal estrutura é ainda reforçada pelo discurso médico e pelas práticas biopolíticas contemporâneas, que naturalizam intervenções coercitivas sob o pretexto de cuidado, mas que, em muitos casos, apenas reproduzem desigualdades e mantêm a ordem vigente.

Segundo Zaffaroni (1998), determinados indivíduos são escolhidos à criminalização pelo direito penal, por meio de um estereótipo pré-determinado pelo legislador. Tal poder incide na elaboração das normas, como também na sua aplicação, dessa forma, fazendo com que o aparelho punitivo do estado valha somente para aqueles já selecionados.

Os sistemas penais reproduzem sua clientela por meio de um processo de seleção e condicionamento criminalizante que orienta por estereótipos proporcionados pelos meios de comunicação de massa. (...). Os órgãos do sistema penal selecionam de acordo com esses estereótipos, atribuindo-lhes e exigindo-lhes esses comportamentos, tratando-os como se se comportassem dessa maneira, olhando-os e instigando a todos a olhá-los do mesmo modo, até que se obtém, finalmente a resposta adequada ao papel assinado. (Zaffaroni, 1998).

Tal processo de seleção penal escolhe determinadas pessoas de acordo com sua aparência e sua posição social para assumir o papel de traficante ou de usuário drogas: este, visto como, dependendo de sua classe, raça e cor, digno de ajuda; e aquele, também dependendo de sua classe, raça e cor, visto como perigoso e criminoso.

Como alternativa a essa necropolítica, existem as práticas e as políticas de redução de danos, por exemplo. Redução de danos é uma política pública de saúde que aborda um conjunto de práticas e de políticas com a finalidade de reduzir os danos associados ao uso de substâncias psicoativas, e que visa minimizar também os danos sociais ligados ao uso de drogas lícitas ou ilícitas (O QUE É..., 2022).

Redução de danos é o conjunto de estratégias que se ensina e pratica junto aos usuários de drogas para minimizar os riscos relacionados ao uso dessas substâncias. É possível entender redução de danos também como um eixo norteador de todas as ações quando se trata de substâncias psicoativas, desde prevenção, pesquisa, ensino, até assistência e políticas públicas de saúde e segurança. As políticas públicas de saúde em relação às drogas no Brasil deveriam estar permeadas pela redução de danos, algo que já se concretizou em outros países, há mais de 40

anos, e no Brasil, embora tais práticas estejam muito atrasadas, elas já existem há pelo menos 30 anos (Cavallari, Figueiredo, 2020).

Ainda em relação à redução de danos, existe também o entendimento sobre o combate contra a atual política proibicionista de drogas, conhecida como “guerra às drogas”. Ou seja, essa perspectiva é importante também para entender a crítica à guerra às drogas.

Portanto, principalmente no momento que o Brasil está passando, é necessário ter um olhar crítico e reflexivo para as políticas públicas de saúde e de segurança e também para o discurso que está sendo utilizado para manter tais práticas em funcionamento, assim como estar atento para quem são esses enunciadores e quais são seus interesses em manter tais sistemas racistas, classistas, proibicionistas e manicomialistas em vigor. Dessa maneira se faz mais necessário que nunca ter uma ótica crítica e reflexiva acerca das questões sociais e históricas que compõem não só a totalidade do mundo mas, também, especificamente do Brasil.

Após a contemplação de tais fatos, e a apresentação das políticas relacionadas as drogas no Brasil, talvez seja interessante contextualizar também o atual momento em que o Brasil está inserido e as discussões políticas que estão surgindo sobre essa temática.

Primeiramente, é válido destacar a PEC 399/15, a qual foi contemplada nas análises realizadas em minha pesquisa de graduação, que teve por *corpus* discursos proibicionistas proferidos por diferentes profissionais, de diferentes áreas e veiculados nas mídias. A PEC 399/15 trata da regulamentação e legalização da cannabis para uso medicinal, veterinário, científico e industrial. Não vamos aprofundar essa pauta agora, mas é importante estar atento ao modelo de regulação, plantio ou distribuição dos remédios oriundos da Cannabis. A PEC 399/15 foi proposta em 2015, com o objetivo de alterar o artigo 2º da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para viabilizar a comercialização de medicamentos que contenham extratos, substratos ou partes da planta Cannabis sativa. Foi aprovada em 08/06/2021 na comissão especial da Câmara dos Deputados.

Houve 17 votos favoráveis e 17 contrários à proposta, aprovada com o voto do relator, Luciano Ducci (PSB-PR), que desempatou o placar...
...A proposta altera a Lei 11.343/06, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e que autorizou o plantio de vegetais como a Cannabis para fins científicos ou medicinais, em local e prazo determinados, mediante fiscalização.

Segundo o relator, o projeto apenas regulamenta a legislação vigente e vai ajudar as famílias de pacientes que não responderam bem a outras terapias ou tiveram efeitos colaterais com medicamentos disponíveis no mercado. Estudos indicam que os derivados da planta podem ser utilizados no tratamento de doenças como Alzheimer, Parkinson, glaucoma, depressão, autismo e epilepsia. Além disso, há evidências conclusivas da eficácia dos canabinoides contra dores crônicas; no tratamento de câncer, apresentando efeitos antitumoral e também contra enjoos causados pela quimioterapia e no tratamento da espasticidade causada pela esclerose múltipla. (agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-06/comissao-da-camara-aprova-projeto-que-autoriza-plantio-de-cannabis, acesso em: 04/02/2025).

Também houve uma alteração da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006), especificamente do artigo 28: a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de 26 de junho de 2024, descriminalizou o porte de maconha para uso pessoal, estabelecendo um parâmetro de até 40 gramas ou seis plantas fêmeas para essa classificação. Também é importante destacar que essa decisão não representa a legalização do consumo, mas sim uma mudança na natureza das sanções aplicadas aos usuários, que, após essa aprovação, enfrentam consequências no âmbito administrativo, como medidas educativas, advertências e participação em cursos ou programas. Além disso, a decisão tem caráter provisório, vigorando até que o Congresso Nacional regulamente a questão. Cabe ainda ressaltar que o critério quantitativo não é absoluto, permitindo que indivíduos portando quantidades inferiores ainda sejam enquadrados como traficantes, já que o Art. 28 § 2º não foi alterado e determina que o juiz deve considerar diversos fatores, como a quantidade e a natureza da substância apreendida, o local e as condições da ação, além das circunstâncias sociais e pessoais do indivíduo, sua conduta e antecedentes criminais (BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006). Como visto, ainda perduram questões elitistas, classistas, racistas e manicomialistas.

3.4. O Discurso Sobre Drogas No Brasil E Sua Relação Com O Estado E A Necropolítica

Esta seção é baseada, majoritariamente, nas obras de Zaffaroni (2012) e Mbembe (2018). O primeiro autor faz uma interlocução com o conceito de necropolítica, em que o sistema penal atua como um mecanismo de controle sobre corpos e vidas, especialmente aqueles marginalizados e "matáveis" pelo poder estatal. Ele sugere que o sistema penal, em vez de proteger, muitas vezes decide sobre a "morte" (física ou social) daqueles que são considerados perigosos ou

indesejáveis, silenciando-os enquanto sujeitos de direitos. Esta perspectiva conecta-se com a perspectiva de Achille Mbembe (2018) - autor que será abordado na sequência -, destacando como o Estado exerce seu poder de vida e morte através de leis penais e medidas de controle social.

Inicialmente, cabe fazer uma breve explicação sobre direito penal e criminologia, a partir da criminologia cautelar, ou seja, apresentar uma visão da criminologia através de uma das periferias do poder mundial (Zaffaroni, 2012), bem como pensar algumas questões sobre o sistema jurídico brasileiro.

O sistema jurídico brasileiro, tal como todos os demais, não existe como criação intelectual de alguns iluminados que, conhecendo todos os princípios distributivos da Justiça, para cá vieram e só fabricaram leis justas, aplicadas por órgãos jurisdicionais sempre sensatos e proporcionais. O sistema jurídico nacional não é uma ficção nem um romance de literatura. Sabiamente Tobias Barreto dizia: "O direito não é filho do céu. É um produto cultural e histórico da evolução humana". É um instrumento destinado a fazer cumprir o valor justiça. Sendo produto cultural, impõem-se sempre indagar quem fabrica a legislação? Sob o império de quais critérios ela é feita e aplicada? O poder dominante se vale da lei e do direito para preservar seus interesses? Os juízes aplicam o direito de forma isenta e imparcial, levando em conta os interesses de todos os envolvidos no processo? O direito é aplicado consoante os valores civilizatórios? Os estados, especialmente no nosso entorno cultural se valem do direito para resolver problemas sociais? (Zaffaroni, 2012, p.5).

Zaffaroni (2012) faz as seguintes considerações:

É possível mudar a criminologia, o direito e o sistema penais e, os modelos policiais para prevenir, impedir ou moderar a violência do poder e, em consequência, reduzir a punição ao estritamente necessário sem recorrer à fábrica de cadáveres? O autor pensa que sim, que há que fazê-lo e desenvolver a proposta de uma criminologia cautelar. (Zaffaroni, 2012, p.14).

Em "A palavra dos Mortos", Zaffaroni (2012) defende que é viável e necessário desenvolver uma criminologia cautelar - uma abordagem crítica e prudente do sistema penal que visa reduzir o uso do poder punitivo ao mínimo necessário. Em sua visão, essa criminologia cautelar se pautaria por um princípio de prevenção, em que o foco seria a moderação da violência exercida pelo Estado. Assim, ele propõe uma criminologia comprometida com a minimização da violência estrutural e da exclusão social promovidas pelo sistema penal, promovendo um direito penal que preserve a dignidade e reduza ao máximo o impacto destrutivo da punição.

A criminologia cautelar vai na contramão do que o autor chama de criminologia midiática. A criminologia midiática, de acordo com o autor, utiliza-se do que Zaffaroni

chama de crônica policial, para que dessa forma manipule a realidade do real, criando a ilusão de que a sociedade esteja ameaçada pela “delinquência comum e pelos atentados da Al-Qaeda. Esse tipo de criminologia paranoíza o medo, o patologiza, o converte em pânico moral” (Zaffaroni, 2012, p.14).

No século XX, o saldo das guerras foi de quarenta milhões de mortos. O dos genocídios, dos danos colaterais, da fome, da miséria, das enfermidades curáveis não atendidas, da discriminação racial, da xenofobia, das migrações forçadas e de outras formas de massacre de massa ou em conta-gotas, ascendeu a cem milhões. São os mortos do dia a dia e o autor lhes devolve a palavra. Ou melhor, lhes dá. (Zaffaroni, 2012, p.14).

Sendo assim, Zaffaroni propõe uma resposta ao poder punitivo que privilegia a dignidade humana e desafia o discurso punitivo hegemônico, que tende a priorizar a repressão e a exclusão, promovendo uma visão crítica e transformadora para o sistema de justiça, chamada pelo autor de criminologia cautelar. Para ele a criminologia a partir da margem deve sempre ser cautelar. (Zaffaroni, 2012)

A criminologia teórica é quase sempre central, quase toda criminologia teórica é oriunda de países ou regiões que dominaram o planeta, e é essa a criminologia que é difundida nos cursos acadêmicos dos países marginais, ou periféricos.

Conseqüentemente, a construção social da criminalidade e da criminologia é baseada num olhar ptolomaico em que se perpetua a manutenção do poder. Os meios de comunicação de massa são responsáveis pela construção do que o autor chama de criminologia midiática, propagando, dessa forma, um discurso de ódio e de manutenção do poder. Esta é a palavra dos meios de comunicação de massa. É a palavra que constrói essa criminologia, que:

opõe à criminologia acadêmica uma criminologia midiática que, a despeito de estar carregada de preconceitos, falsidades e inexatidões, é a que configura as atitudes da mídia das pessoas e sobre as quais costumam montar-se as decisões políticas que se traduzem em leis penais. (Zaffaroni, 2012, p.26)

Desse modo, a reflexão de Zaffaroni questiona a legitimidade de uma criminologia que se distancia do conhecimento científico, sendo moldada sob as influências e os interesses dos meios de comunicação. A construção da imagem do criminoso e a percepção do crime pela sociedade são formadas por discursos midiáticos que reforçam estigmas e preconceitos, em detrimento de análises críticas e embasadas. Isso reforça uma estrutura de poder que utiliza a criminalidade como

ferramenta para justificar políticas punitivistas, distantes das complexidades sociais que envolvem a prática delitiva. Assim, ao ecoar uma "palavra dos mortos", Zaffaroni denuncia as distorções e instrumentalizações que desumanizam sujeitos e comprometem a justiça social, propondo uma revisão das estruturas que sustentam nosso olhar sobre o crime e o castigo.

Essa discussão sobre as relações de força do Estado sobre os indivíduos também foi feita pelo autor camaronês Achille Mbembe (2018), que propõe o conceito de necropolítica. Segundo ele, necropolítica é o exercício de controle pelo Estado sobre os corpos, ou seja, a capacidade de decidir “quem pode viver e quem deve morrer” (Mbembe, 2018, p.5). Esse poder de morte, em vez de ser uma ação esporádica, é praticado de forma sistemática, especialmente sobre grupos marginalizados, convertendo a existência desses indivíduos em uma zona de não-vida.

No contexto brasileiro, esse conceito se aplica às populações vulnerabilizadas pelas políticas de segurança pública, que, sob a justificativa de manutenção da ordem, perpetuam práticas de violência e exclusão social, reforçando uma lógica racista de necropolítica que se faz presente na criminalização e na repressão seletiva de determinadas comunidades.

Para Achille Mbembe (2018), o "estado de exceção" é um dos pilares fundamentais do conceito de necropolítica. Inspirado em reflexões de filósofos como Agamben, o autor considera o estado de exceção uma condição onde a lei é suspensa para permitir que o poder soberano decida sobre a vida e a morte. Nesse contexto, o estado de exceção não é apenas uma resposta temporária a crises, mas se torna um regime contínuo, normalizado e central no controle social.

A guerra, afinal, é tanto um meio de alcançar a soberania como uma forma de exercer o direito de matar. Se considerarmos a política uma forma de guerra, devemos perguntar: que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano (em especial o corpo ferido ou massacrado)? Como eles estão inscritos na ordem do poder? (Mbembe, 2018, p. 7)

Mbembe argumenta que o estado de exceção opera como um dispositivo de soberania que legitima a violência contra populações específicas, muitas vezes com o pretexto de proteger a segurança e a ordem pública. Isso se traduz na prática em zonas onde o Estado exerce um controle absoluto e arbitrário sobre a existência dos indivíduos, transformando alguns grupos em "vidas matáveis". Essas vidas, dentro do

estado de exceção, são desprovidas de direitos, sujeitas à violência estatal e, muitas vezes, criminalizadas ou vistas como ameaças intrínsecas.

No Brasil, isso pode ser observado nas práticas de militarização de áreas periféricas e na criminalização de grupos vulneráveis, em que o poder estatal intervém com força letal, justificando a violência como medida de controle e segurança, numa lógica que reforça a exclusão e a marginalização dessas populações.

Desse modo o Estado utiliza como subterfúgio o estado de exceção para instaurar práticas necropolíticas, usando-o como justificativa para a eliminação de certos corpos. Sob o pretexto de preservar a segurança, suspende-se o direito à vida de populações específicas, que passam a ser alvo de violência estatal legitimada. Assim, o poder soberano impõe uma lógica de morte que reafirma desigualdades e exclui vidas consideradas descartáveis.

Ainda segundo o autor, ao concentrar-se nas normas e ideais democráticos, a crítica política contemporânea muitas vezes ignora os dispositivos de soberania e controle que se instauram como formas de violência e dominação sobre determinados corpos e territórios. Essa análise superficial acaba obscurecendo a compreensão dos modos pelos quais o Estado e outras estruturas de poder mantêm e justificam a desigualdade, a exclusão e a eliminação de populações consideradas descartáveis.

3.5. A Política De Redução De Danos

Quando se fala em redução de riscos e danos relacionado ao uso de substâncias, é possível desdobrar vários entendimentos e interpretações. Dito isso, neste trabalho, como já mencionado anteriormente, leva-se em consideração a subjetividade do autor. Mas para não haver romantizações e posteriores rotulações, será realizado um recorte histórico do que é redução de danos, onde se originaram as práticas e políticas de redução de danos e como é aplicada no Brasil na atualidade.

Foi na Inglaterra, em 1926, que a RD (daqui em diante, Redução de Danos será referida como RD) se iniciou, com a publicação do Relatório Rolleston (Mesquita, 1994). Esse relatório foi realizado por médicos e indicava que a melhor maneira de tratar um paciente dependente de heroína ou morfina era continuar com a administração das drogas, realizada por um médico, o qual monitorava o uso dessas substâncias nas pessoas.

Tal relatório defendia que não poderia tratar dependentes dessas substâncias com a abstinência, recomendava-se que essa pessoa que desejava interromper o uso de heroína ou morfina fosse assistida e tivesse algum acompanhamento, tanto para aqueles que desejavam parar de usar, quanto aquelas pessoas que queriam continuar com o uso, nesse último caso, ajudando na administração da droga.

O Reino Unido foi, então, o pioneiro na atuação da RD, com a política de prescrição de drogas, como a heroína, com o intuito de reduzir os danos à saúde dos usuários de drogas. O projeto foi então cancelado, por motivos político-partidários, entretanto o “Departamento de Saúde de Merseyside (que abrange várias cidades, das quais Liverpool é a maior delas) continuou com o projeto, que se tornou referência na década de 1980.” (Domanico, 2019).

Em 1972 a Holanda começou a repensar e a mudar as políticas de drogas. Em 1976, o governo holandês adotou uma lei que separava as drogas em dois grupos: as de risco aceitáveis (maconha e haxixe) e as de risco inaceitáveis (cocaína, heroína, anfetaminas e LSD) (Domanico, 2006). Já em meados da década de 80, mais precisamente, em 1984, a Holanda instaurou uma importante estratégia de Redução de Danos, que consistia na troca e distribuição de seringas para usuários de drogas injetáveis, realizada pela “*Junkiebond*” (associação de usuários de drogas injetáveis), nas “*junkhouses*”, que era o nome dado para o espaço onde ocorria o uso de substâncias injetáveis. O objetivo era melhorar as condições de vida dos usuários de drogas. Tal associação estava preocupada com a disseminação da Hepatite B entre os usuários de substâncias injetáveis. Inicia-se, desse modo, em 1984, na cidade de Amsterdã um projeto de troca de agulhas e seringas usadas por novas.

O primeiro PTS surge em Amsterdã, em 1984, para prevenir Hepatite B. A partir da boa experiência e com o conhecimento da transmissão sanguínea do HIV, outros PTS começam a surgir no mundo. Em 1985, a Austrália inicia, em âmbito nacional, projetos de troca de seringas (PTS) como uma estratégia preventiva no combate à epidemia do HIV/aids (WODAK, 1998); em 1987, o Canadá implanta seus PTS (MESQUITA, 1994). Os Estados Unidos, de forma precária, iniciam alguns projetos no final da década de 1980 (BASTOS, 1996). Outros países da Europa, como França, Alemanha e Suíça, também iniciaram projetos de redução de danos na mesma época (O'HARE, 1994). (Surjus *et al*, 2018, p. 7).

A Redução de Danos (RD) chegou às Américas na segunda metade da década de 1980, influenciada pelas experiências europeias e pela necessidade de respostas urgentes à epidemia de HIV/AIDS entre usuários de drogas injetáveis.

Nos Estados Unidos, a Redução de Danos começou a ganhar força no final dos anos 1980, de forma bastante limitada, com programas de troca de seringas. As iniciativas, apesar de enfrentarem forte oposição devido a interesses políticos e morais, começaram em áreas urbanas mais afetadas pela epidemia de HIV. Um dos pioneiros nos EUA foi o San Francisco Needle Exchange Program, que surgiu informalmente em 1988, e depois foi oficializado como uma medida de saúde pública. Este programa influenciou a criação de outros similares em cidades como Nova York e Seattle (Mesquita, 1994).

O Canadá também começou a implementar programas de RD nessa época, sendo influenciado tanto pela política de saúde pública quanto pelas estratégias internacionais de combate ao HIV. Em 1987, o país instaurou seus primeiros Programas de Troca de Seringas (PTS), sendo Toronto e Vancouver exemplos de cidades onde as políticas se consolidaram rapidamente (Mesquita, 1994).

Também no Brasil, a Redução de Danos começou a ser discutida nos anos 1980 e foi implementada oficialmente no início dos anos 1990. A primeira experiência de RD no país foi em Santos, no litoral de São Paulo, em 1989. O projeto surgiu em resposta ao aumento do número de usuários de drogas injetáveis e à alta incidência de HIV nessa população. Essa iniciativa foi pioneira na América Latina e influenciou outras cidades a adotarem medidas semelhantes (Domanico, 2019). Assim, a experiência de Santos foi crucial para a expansão da RD no Brasil e levou à criação de políticas públicas em outras cidades como Porto Alegre e Recife (berços também das políticas de Redução de Danos no Brasil). Além disso, as ações de RD foram incorporadas ao Programa Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde, que promoveu a expansão dessas práticas em âmbito nacional.

É preciso dizer que a RD praticada no Brasil ganhou reconhecimento internacional por seu impacto na redução da transmissão de HIV entre usuários de drogas injetáveis, e o país passou a ser considerado um modelo de boas práticas no combate à epidemia (Mesquita, 1994). Essas experiências ilustram como a Redução de Danos evoluiu para se tornar uma abordagem essencial na saúde pública, influenciada por iniciativas pioneiras na Europa e adaptada às realidades locais nas Américas.

A Redução de Danos é, portanto, o conjunto de teorias e práticas que visam minimizar os danos e vulnerabilidades relacionados ao uso de drogas, sem exigir a abstinência completa. Ela combina estratégias teóricas e práticas que oferecem

alternativas de cuidado à saúde, permitindo que os usuários de drogas possam aderir a esses cuidados, seja por escolha pessoal ou por questões de saúde.

Esses pontos mostram como a RD foi consolidada e disseminada globalmente como uma abordagem humanizada e pragmática, centrada no bem-estar do usuário, realizando, desse modo, uma ciência não indiferente aos usuários, focada na subjetividade e na particularidade de cada ser e de cada situação e, dessa forma, criando práticas para dialogar com seu público-alvo.

As práticas e materiais desenvolvidos no contexto da Redução de Danos (RD) são elaborados de maneira colaborativa, envolvendo diretamente o público-alvo, as instituições especializadas e os profissionais de saúde. Esse processo busca não apenas garantir que os conteúdos sejam acessíveis e relevantes, mas também que sejam fundamentados em evidências científicas e validados por meio de rigorosos métodos de pesquisa. Essa validação científica é crucial para assegurar a eficácia das intervenções e a segurança dos usuários, garantindo que as estratégias de RD sejam constantemente avaliadas e aprimoradas com base em dados concretos e resultados mensuráveis.

4. Análise De Folders Do Projeto Respire De Redução De Riscos E Danos

O *corpus* deste trabalho é composto por alguns folders de redução de danos, produzidos pelo Projeto *ResPire de Redução de Riscos e Danos*.

Primeiramente, será contextualizado qual é o trabalho deste projeto, e posteriormente será realizada a análise de seus folders. Os materiais estão divididos em dois eixos: o primeiro em relação à aproximação com o público através do estilo; o segundo em relação à atitude acolhedora e não punitiva proposta pelos folders de redução de danos.

4.1. Contextualização Do Projeto Respire De Redução De Riscos E Danos

O projeto ResPire, criado em junho de 2011, é uma iniciativa pioneira e inovadora no campo da redução de danos em contextos de festas, especialmente no cenário de música eletrônica no estado de São Paulo. Desde seu início, o projeto não apenas mapeou eventos desse universo cultural, mas também se estabeleceu como um serviço essencial para a promoção de saúde e o cuidado com os frequentadores desses espaços. A proposta do ResPire transcende a simples abordagem informativa, configurando-se como um espaço de acolhimento, reflexão e diálogo.

Entre suas principais ações, o ResPire monta postos de trabalho em festas selecionadas, criando um ambiente seguro e acessível para frequentadores que desejam discutir o uso de substâncias, receber orientações sobre prevenção de doenças, como as hepatites virais, ou buscar apoio em momentos de vulnerabilidade. Esse espaço não apenas dissemina informações baseadas na perspectiva da redução de danos, mas também oferece suporte prático, como a distribuição de kits específicos – como o Kit Sniff, voltado para usuários de cocaína inalada, acompanhado de instruções que ajudam a minimizar riscos de transmissão de doenças como a Hepatite C.

Além disso, o projeto promove o diálogo com as equipes médicas presentes nos eventos, contribuindo para a mediação de casos que envolvam interações medicamentosas ou situações emergenciais. Comumente, redutores e redutoras de danos vinculados ao ResPire auxiliam frequentadores a encontrar amigos ou lidar com efeitos adversos do uso de substâncias, reforçando um cuidado integral que considera tanto os aspectos físicos quanto emocionais.

A atuação do ResPire não se limita aos eventos. O projeto também participa ativamente de congressos, realiza debates sobre a política de redução de danos e capacita novos agentes para expandir sua abordagem a outros contextos festivos. Sua missão, que envolve disseminar informações, estimular o autocuidado e promover saúde, se ancora em valores como bem-estar, autonomia, respeito e antiproibicionismo.

O reconhecimento do ResPire como um projeto inovador pela Associação Brasileira Multidisciplinar sobre Drogas (ABRAMD), logo em seu ano de criação, reforça a relevância de suas ações na construção de uma política de saúde mais inclusiva e eficiente. Suas atividades exemplificam como a abordagem da redução de danos pode transformar espaços de lazer em locais de cuidado e inclusão, desafiando o estigma que frequentemente acompanha o uso de substâncias. (O que é Redução de Danos? Edelei.org, disponível em <<https://edelei.org/home/praticas-de-reducao-de-danos/>> Acesso em: 15/11/2024).

Contextualizar o autor desta pesquisa em relação ao projeto se faz necessário, em especial porque, conforme proposto pela proposta metodológica dos estudos dialógicos, é importante situar o autor no contexto histórico-social e sua relação com seu objeto de pesquisa, neste caso, a participação do autor no projeto Respire. O autor participou do projeto e realizou diversas ações de acolhimento, de educação, informação, e de distribuição do material informativo analisado. Pensando nessas questões, talvez seja necessário e interessante trazer mais alguns pontos pertinentes ao trabalho do projeto bem como dos folders.

O projeto surgiu em meados da década de 90, com ações sociais promovidas por pessoas oriundas da esfera do direito, realizando intervenções no centro de São Paulo e na Cracolândia, advogando a favor dos usuários que estavam sendo presos injustamente, categorizando-os como traficantes, enquanto eram apenas usuários, e que, desse modo, estavam sendo presos injustamente. Posteriormente, um grupo vinculado à esfera da saúde, especificamente da área da psicologia, identificou na iniciativa analisada elementos característicos da abordagem de redução de danos e propôs uma colaboração, reconhecendo a relevância da proposta e sugerindo o desenvolvimento de um trabalho conjunto sobre a temática.

Desse modo, surgiu o Centro de Convivências É De Lei. Fundado em 1998, é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, dedicada à promoção de práticas de redução de riscos e danos associados à política de drogas, tanto em

dimensões sociais quanto de saúde. A atuação da instituição está fundamentada em uma abordagem interseccional de cuidado, que busca influenciar a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas para a redução de danos, considerando os marcadores sociais de raça, gênero e classe.

A organização defende que as políticas públicas voltadas às pessoas afetadas pela política de drogas sejam elaboradas de forma participativa, garantindo que os sujeitos impactados ocupem espaços de decisão e protagonizem o processo de transformação social. Além disso, o É de Lei promove a criação de redes de intercâmbio entre agentes de redução de danos em outros estados e países, fomentando a troca de experiências, o desenvolvimento de tecnologias e a produção de conhecimento na área.

A prática da redução de danos é compreendida pela instituição como inseparável do fortalecimento do protagonismo das pessoas diretamente impactadas pela política de drogas e da presença territorial. Essa combinação de estratégias é considerada essencial para assegurar a eficácia e a vitalidade das intervenções realizadas. A expansão do alcance da organização prioriza contextos historicamente negligenciados, como a população LGBTQIAP+, pessoas em situação de rua, sobreviventes do sistema prisional, profissionais do sexo, contextos de lazer e de festas, comunidades de povos originários, além de crianças e adolescentes.

Nesse sentido, o trabalho do É de Lei também se orienta pela sensibilização da sociedade e pela formação de atores estratégicos em diferentes esferas políticas — municipais, estaduais, federais e internacionais. Suas ações são direcionadas à promoção da cidadania e à defesa dos direitos humanos de pessoas que usam substâncias psicoativas, especialmente aquelas em situação de maior vulnerabilidade social.

A atuação do É de Lei é estruturada em cinco núcleos específicos:

- ResPire, Núcleo de Práticas de Redução de Danos - responsável pelo acolhimento, orientação e encaminhamento de pessoas usuárias de drogas e suas redes de interação social, tanto no Centro de Convivência quanto por meio de intervenções em campo. Esse núcleo desenvolve projetos que promovem a redução de danos em diversos contextos, incluindo o desenvolvimento e teste de insumos e estratégias preventivas voltadas a diferentes tipos de substâncias. Entre as iniciativas está o Projeto ResPire, que foca em intervenções durante eventos e contextos festivos.

- Núcleo de Ensino e Pesquisa: encarregado da realização de cursos, formações e supervisões de profissionais, além de consultorias para a implementação de programas de redução de danos. O núcleo também colabora em pesquisas científicas voltadas à temática.
- Núcleo de Comunicação e Advocacy: responsável pela representação institucional do É de Lei em eventos e articulações com parceiros. Este núcleo realiza análises de conjuntura, define estratégias de incidência política e promove o diálogo público sobre a redução de danos.
- Núcleo de Gestão Estratégica e Núcleo de Gestão Operacional: dedicados à saúde institucional e à sustentabilidade do É de Lei. Esses núcleos realizam o monitoramento dos projetos vigentes e garantem que as ações da organização estejam alinhadas aos seus propósitos, ao contexto político e às estratégias estabelecidas de forma coletiva.

Por meio dessas iniciativas, o Centro de Convivência É de Lei reafirma seu compromisso com a construção de políticas públicas inclusivas e com o fortalecimento da cidadania de populações vulneráveis, promovendo o cuidado e os direitos humanos no contexto da política. Estas e outras informações estão disponíveis em: <<https://edelei.org/home/praticas-de-reducao-de-danos/>> Acesso em: 22/01/2024).

4.2. Uma Investigação Do Gênero Discursivo Folder

Como visto na seção 1, os gêneros discursivos ocupam um papel fundamental nas diferentes esferas de atividade humana, caracterizando-se por sua relativa estabilidade e pelas especificidades que possuem em relação à produção, circulação e recepção. Conforme discutido, os elementos que estruturam cada gênero – o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional – configuram formas de enunciado que refletem os contextos sociais, culturais e históricos em que se desenvolvem. Além disso, esses gêneros apresentam um caráter dinâmico, adaptando-se às transformações tecnológicas, às necessidades e às novas práticas comunicativas que emergem ao longo do tempo.

Sendo assim, o gênero *folder* pode ser compreendido dentro dessa perspectiva como uma forma de enunciado inserida na esfera da comunicação publicitária, já no interior dessa esfera de atividade, no caso do *corpus* deste trabalho, ele se enquadra em propaganda educativa ou institucional, cuja finalidade principal é transmitir informações de maneira clara, acessível e visualmente atrativa. Esse gênero destaca-

se por sua composição verbovisual, que combina elementos verbais e imagéticos para dialogar com públicos específicos e atender a objetivos diversos, como informar, sensibilizar ou persuadir. Consideramos que existe a esfera da comunicação publicitária, inseridas nessa esfera há as propagandas institucionais, que podem ser veiculadas a partir de diferentes gêneros do discurso, como *folder*, cartilha, manual...

A construção do folder, enquanto gênero discursivo, demanda a articulação dos elementos mencionados anteriormente: o conteúdo temático, que orienta a seleção da informação; o estilo, que é adaptado às características do público-alvo; e a composição, que integra texto e imagem de forma harmônica, explorando recursos visuais para potencializar a eficácia comunicativa. Essa integração não apenas amplia o alcance do gênero, mas também reflete as mudanças nas formas de interação, tendo em vista as demandas da comunicação contemporânea.

Portanto, ao analisar o gênero folder à luz da teoria bakhtiniana, é possível identificar suas especificidades e compreender como ele se insere nas práticas discursivas atuais. Seja em contextos educativos, institucionais ou sociais, o folder cumpre um papel estratégico, dialogando com diferentes públicos e configurando-se como uma ferramenta relevante de comunicação na sociedade contemporânea.

A seguir, são discutidos os aspectos estruturais, funcionais e ideológicos desse gênero, bem como seu impacto nas práticas sociais e as características que compartilha com outros gêneros discursivos, como a cartilha, por exemplo.

É preciso destacar que, durante a realização da pesquisa, consideramos a hipótese de intersecção das características dos gêneros cartilha e folder, e através de pesquisas, foi possível compreender que o folder, a cartilha e o manual configuram gêneros discursivos distintos, cada um com suas especificidades em relação à produção, circulação e recepção. Esses gêneros podem estar inseridos em diferentes esferas de atividade humana, sendo o folder, em particular, amplamente utilizado na esfera publicitária. No caso dos materiais produzidos pelo projeto ResPire, os folders enquadram-se na categoria de propaganda institucional ou de utilidade pública (no interior da esfera publicitária), caracterizando-se por ter um objetivo informativo e educativo, diferentemente de materiais publicitários tradicionais voltados para a venda de produtos ou serviços.

Os folders do ResPire utilizam recursos estilísticos verbivocovisuais – como linguagem escrita, imagens e cores – para dialogar diretamente com o público-alvo. Esses recursos são organizados de forma a transmitir mensagens claras e acessíveis,

sem recorrer a estratégias punitivistas ou moralizantes, como frequentemente observado em materiais de cunho proibicionista. A abordagem adotada nos folders do ResPire prioriza a educação e a informação como meios de promover a redução de danos e a conscientização, oferecendo ao público um conteúdo que respeita sua autonomia e dignidade.

Uma diferença importante entre o gênero folder e o gênero cartilha está relacionada ao tamanho e à extensão do material. Enquanto o folder é um material impresso mais conciso, geralmente composto por uma única folha dobrada (o termo deriva do inglês *to fold*, que significa dobrar), a cartilha tende a ser mais extensa e orientada para um propósito pedagógico ou didático mais aprofundado. Essa distinção reflete não apenas diferenças estruturais, mas também de propósito comunicativo: os folders são projetados para transmitir informações de maneira ágil e direta, enquanto as cartilhas oferecem uma abordagem mais detalhada e educativa, embora, no caso desses materiais provenientes do Projeto ResPire, a finalidade seja a mesma: educar, cuidar e informar.

Apesar de, em muitos contextos, o folder estar associado à promoção de produtos, serviços ou marcas, no caso das propagandas institucionais e de utilidade pública, como as do ResPire, seu objetivo primordial é informar e sensibilizar. A organização composicional desses materiais busca estabelecer uma conexão efetiva com o público, utilizando recursos verbais, vocais, e visuais de forma estratégica para ampliar o alcance das mensagens. Assim, o folder institucional torna-se uma ferramenta discursiva poderosa no contexto de campanhas de saúde pública e redução de danos, promovendo o diálogo e a conscientização em esferas de atividades diversas.

Dessa forma, apesar de a iniciativa surgir dentro da esfera jurídica e médica/psicológica, seus integrantes abandonam as particularidades dos gêneros de suas esferas, para se apropriar da linguagem do gênero publicitário e, dessa forma, atingir com maior potencial a público que deseja.

O folder, enquanto gênero discursivo, destaca-se também por sua funcionalidade prática e seu impacto social. Utilizado amplamente em campanhas de saúde, marketing, educação e ativismo, ele configura um exemplo claro de como os textos são produzidos e utilizados para atender demandas concretas da sociedade. A análise de folders permite investigar não apenas os aspectos formais e estruturais do gênero, mas também as dimensões ideológicas e persuasivas que orientam sua

produção. Nesse sentido, o estudo desse gênero discursivo contribui para a compreensão de como os discursos podem ser mobilizados para atuar sobre as práticas sociais. Bem como combater algumas práticas sociais enraizadas na população brasileira, como a guerra às drogas e o proibicionismo por exemplo.

4.3. Aproximação Com O Público-Alvo Através Do Estilo

Nesta subseção foi realizada uma análise focada no estilo, ou seja, na linguagem utilizada pelos folders e nas figuras, cores e sua disposição na página.

Os folders analisados estão dispostos a seguir.

maconha

REALIZAÇÃO

DE CEB

RESPIRE

@ccedlei @cedlei @respirobrasil @respirobrasil

Atenção! A cannabis (maconha) ainda é uma substância psicotrópica (droga) ilícita no Brasil. Seu uso, porte ou comércio estão sujeitos às penas de acordo com a lei vigente. Informe-se sobre a lei 11.343 de 2006. Saiba, esta lei é imprecisa e não estabelece uma quantidade que diferencie uso de tráfico!

EVITE DIRIGIR

O uso de substâncias psicoativas altera sua percepção e pode te colocar em risco

CUIDE DE VOCÊ E DE QUEM FAZ SEXO COM VOCÊ!

O uso de camisinha previne gravidez e a transmissão de IST/HIV/Aids e Hepatites Virais. Existem testes rápidos disponíveis na rede pública. Fazer o teste também é uma forma de prevenção!

INFOATIVISMO

Este folheto foi feito em parceria com a ACuCa - Associação Cultural Cannábica. Conheça a Marcha da Maconha de sua cidade ou estado, os usos terapêuticos, as propostas de regulamentação e legalização do uso da maconha em seus diversos fins, medicinal, recreacional, industrial... Cultive seus direitos!

Observe seu estado de humor, o ambiente e se está com pessoas em que confia antes de usar qualquer substância psicoativa.

Respire! Uma pausa entre um uso e outro é sempre bom!
Alimente-se!
Hidrate-se!

CUIDADOS E CONTRAINDICAÇÕES

O uso de cannabis é contraindicado principalmente a pessoas com transtornos psiquiátricos com sintomas psicóticos (como a esquizofrenia e alguns tipos de transtorno bipolar). Histórico destes transtornos na família e/ou episódios psicóticos isolados também indicam cuidado especial. O uso na adolescência pode afetar o desenvolvimento cerebral e psíquico.

CANNABIS - MACONHA
BASEADO - VERDE - HAXIXE - SKUNK

Planta psicoativa usada para fins medicinais, religiosos e recreativos. Pode ser encontrada nas formas prensada e solta, assim como na forma de extratos mais concentrados da planta, como haxixe e óleo. Existem muitos subtipos de cannabis, cada uma com suas particularidades. Elas diferem na composição dos flavonoides e dos canabinoides (THC, CBD, CBNE, outros), princípios ativos que possuem efeitos distintos e que interagem entre si.

ATENÇÃO! O CONSUMO DE MACONHA PODE CAUSAR ANSIEDADE, PARANÓIA E, EM CASOS MAIS EXTREMOS, CRISE DE PÂNICO OU PSICÓTICA. O USO REGULAR E INTENSO TAMBÉM PODE PRODUZIR PROBLEMAS RESPIRATORIOS, REDUÇÃO DA CAPACIDADE DE CONCENTRAÇÃO E DIFICULDADES DE APRENDIZADO.

EFETOS

- Os efeitos podem durar de 1 a 4 horas, se fumada, ou de 4 a 10 horas, se ingerida.
- Relaxamento, modificação das percepções, riso, criatividade, introspecção, alívio de dores e náuseas, fome ("larica"), olhos vermelhos, boca seca.
- Aumento da frequência cardíaca, diminuição dos reflexos, confusão mental, dificuldades para pensar com clareza e continuar conversas.
- Casos de queda de pressão, tontura e vômitos podem ser ocasionados nas primeiras experiências de uso ou em caso de uso intenso, assim como no uso da substância de estômago vazio.

DICAS DE REDUÇÃO DE DANOS

- Não segure a bola! Poucos segundos são necessários para absorção da maior parte dos canabinoides. Quanto maior o tempo, maior exposição dos pulmões a componentes cancerígenos, como o alcatrão.
- Cuidado com a fumaça quente! Faça uso de utensílios que resfriem a fumaça, como cachimbos de água e piteiras, de preferência as mais longas.
- Vaporizar é mais seguro! Não produz fumaça e evita danos pulmonares.
- Para bolar, use papel fino, sem corantes, aromas ou químicos. Prefira piteiras longas: sem plástico ou tinta! Evite "maricas" e cachimbos feitos com materiais que podem soltar toxinas quando aquecidos.
- Não fume o que sobra nas pontas, bongs e cachimbos, pois contém alta concentração de resíduos tóxicos.
- Se ingerir, fique atento à dose para evitar efeitos mais intensos do que o esperado. Ao comer, o corpo absorve mais canabinoides do que ao fumar.
- Fique atento a tosse ou dificuldade de respirar, que podem indicar danos causados pelo fumo, sendo recomendável a cessação ou redução no uso e/ou adoção de outras vias de consumo.
- No prensado, as flores são esmagadas com folhas, galhos e sementes juntamente com impurezas. Você pode lavar o prensado, soltando em pequenas partes e deixando imerso em água durante algumas horas. Seque ao ar livre ou em forno brando.

CUIDADO COM A MISTURA

MACONHA + PSICODÉLICOS: pode potencializar os efeitos dos psicodélicos, torná-los mais imprevisíveis e, possivelmente, desagradáveis.

MACONHA + ÁLCOOL: aumenta as chances de queda de pressão, tontura e vômitos.

Figura 2: Folder de Redução de Danos a respeito do uso de Maconha.



REALIZAÇÃO

DE LEI

RESPIRE

@ccedelei @edelei
@projetoinspire @projetoinspire

Atenção! A cocaína é uma substância psicotrópica (droga) ilícita no Brasil. Seu uso, porte ou comércio estão sujeitos às penas de acordo com a lei vigente. Informe-se sobre a lei 11.343 de 2006. Saiba, esta lei é imprecisa e não estabelece uma quantidade que diferencie uso de tráfico!

EVITE DIRIGIR
O uso de substâncias psicoativas altera sua percepção e pode te colocar em risco

EVITE DIRIGIR
O uso de camisinha previne gravidez e a transmissão de IST/HIV/Aids e Hepatites Virais. Existem testes rápidos disponíveis na rede pública. Fazer o teste também é uma forma de prevenção!

UM POUCO DE HISTÓRIA
Há cerca de 10.000 anos as folhas de coca são utilizadas pelos povos andinos de modo ritual e para atenuar os efeitos da altitude, devido seus efeitos revigorantes. Em 1860, seu princípio ativo, a cocaína, foi isolado pela primeira vez e passou a ser vendido como xarope em farmácias. Por volta de 1950, a proibição das drogas fez com que o mercado ilegal dominasse a produção e a venda da coca. Hoje, a sua combinação com remédios e outras substâncias químicas deixam as pessoas ainda mais vulneráveis.

ATENÇÃO! Não existe dose segura. Cada pessoa reage de uma forma sob efeito de substâncias.
Observe seu estado de humor, o ambiente e se está com pessoas em que confie antes de usar qualquer substância psicoativa.

Perceba-se! A ingestão de pequenas doses da substância é suficiente para conhecer os efeitos dela no seu corpo.

Respire! Uma pausa entre um uso e outro é sempre bom!
Alimente-se!
Hidrate-se!

COCAÍNA E ANFETAMINAS
PÓ - FARINHA - PADE - BRANCA - RAIO - PEDRA - CRACK

Estimulantes do Sistema Nervoso Central (SNC). Bolinha, dualid®, anfetamina, anfepramona: as anfetaminas foram derivadas da efedrina, substância presente na planta chinesa Ma Huang. Elas são utilizadas no tratamento da obesidade, depressão e transtornos de déficit de atenção. Seu uso abusivo pode levar à morte por infarto, derrame ou hipertermia.

A cocaína pode ser encontrada na forma de pó (branco ou amarelado, dependendo do que foi usado na preparação do produto) ou na forma de pedra (crack).

EFEITOS

- Aumento da frequência cardíaca e respiratória, excitação, estado de alerta e aumento da atividade locomotora, sensação de euforia, sinceridade e poder, alteração do sono, irritabilidade, paranoia. Pode levar a usos problemáticos e à dependência química.
- Efeitos rápidos e intensos do fumo do crack podem aumentar a fissura e as chances de uso problemático.

DICAS DE REDUÇÃO DE DANOS

- As notas de dinheiro estão cheias de bactérias que fazem mal à saúde, por isso não use-as para cheirar!
- Utilize utensílios (como canudos, cachimbos, seringas e agulhas descartáveis) limpos e não compartilhe! Isso evita a transmissão de tuberculose, hepatites virais e do HIV/aids.
- Use superfícies limpas para manusear a substância. Evite, por exemplo, tampas de vasos sanitários, pias ou aparelho celular.
- Se for cheirar, amasse a substância para quebrar os pedaços maiores e intercale as narinas. Depois do uso, lave-as com água ou, de preferência, com soro fisiológico. Isso diminui os ferimentos e sua exposição a bactérias.
- SACO VAZIO NÃO PARA EM PÉ! Os estimulantes diminuem ou tiram o apetite. Por isso, alimente-se antes de usar. Usar substâncias de estômago vazio te deixa mais vulnerável a mal-estar e desmaios.
- Evite fazer exercícios físicos sob a influência da cocaína, pois aumenta as chances de derrame ou problemas cardíacos.

USOS E DURAÇÕES

FORMA DE UTILIZAÇÃO	INÍCIO DOS EFEITOS	PICO DOS EFEITOS	TEMPO DE DURAÇÃO
INALADA	1 - 5 MINUTOS	20 - 30 MINUTOS	1 - 2 HORAS
FUMADA	5 - 10 SEGUNDOS	1 - 5 MINUTOS	30 - 60 MINUTOS
INJETADA	30 SEG - 1 MIN	1 - 5 MINUTOS	30 - 60 MINUTOS

CUIDADO COM A MISTURA

ESTIMULANTES DO SISTEMA NERVOSO CENTRAL + SUBSTÂNCIAS DEPRESSORAS (álcool, tranquilizantes ou lança-perfume): Dá a falsa sensação de estar sóbrio, aumentando a sensação de poder, o risco de acidentes e chances de se envolver em brigas. Também aumenta o risco de morte por parada cardiorrespiratória. Cuidado para não perder a noção!

COCAÍNA + ÁLCOOL: Faz com que o fígado produza cocaetileno, substância muito tóxica para o sistema cardiovascular e para o fígado.

COCAÍNA + INALANTES: essas substâncias juntas sobrecarregam o coração e aumentam as chances de parada cardíaca

Figura 2: Folder de Redução de Danos a respeito do uso de Cocaína.



ÁLCOOL - GORÓ
CANA - DOSE - BREJA - BIRITA

Substância psicoativa com efeito depressor do Sistema Nervoso Central.

ATENÇÃO! EM ALTAS DOSES, OU MISTURADO COM OUTRAS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS, PODE CONTRIBUIR PARA VOCÊ SE EXPOR A SITUAÇÕES DE GRANDE VULNERABILIDADE. O USO FREQUENTE DE ÁLCOOL PODE CAUSAR DEPENDÊNCIA, ALÉM DE DANOS PRINCIPALMENTE NEUROLÓGICOS, AO FÍGADO E AOS RINS.

EFEITOS

No início, o álcool possui um efeito estimulante, causando euforia, desinibição e comunicação mais fácil com as pessoas. Depois, age como um depressor, levando à desatenção, sonolência, prejuízos de consciência e coordenação motora.

DICAS DE REDUÇÃO DE DANOS

- O álcool induz a perda de água do organismo, por isso vamos tantas vezes ao banheiro, levando à desidratação. Por isso, beba água durante o uso e evite a ressaca!
- Beber muito rápido e/ou de estômago vazio leva a uma rápida absorção do álcool, aumentando as chances de passar mal. Assim, procure beber devagar e se alimentar antes!
- Cuidado: nem sempre uma pessoa alcoolizada necessita de glicose! É importante estar alimentado, mas prefira alimentos leves e que contenham outros nutrientes que não só o açúcar. Podem haver complicações devido ao excesso de açúcar, principalmente em pessoas diabéticas.

CUIDADO COM A MISTURA

ÁLCOOL + GHB, KETAMINA e OUTROS DEPRESSORES: Pode trazer grandes riscos como parada respiratória, diminuição de batimentos cardíacos e coma.

ÁLCOOL + COCAÍNA, MDMA, ENERGÉTICOS e OUTROS ESTIMULANTES: Pode causar falsa sensação de sobriedade. Assim, quem mistura pode acabar fazendo um uso mais acentuado de ambas, trazendo riscos de coma, arritmia e parada cardíaca.

A combinação de álcool e cocaína faz com que o fígado produza a cocaetileno, substância muito tóxica para o sistema cardiovascular e para o fígado.

ÁLCOOL + MACONHA, MDMA, LSD e OUTROS PSICODÉLICOS: Pode levar a reações inesperadas, afetando seriamente o julgamento de riscos e podendo levar a situações indesejadas ao usuário.

REALIZAÇÃO

RESPIRE
@ccedelei @edelei @orientarespe_RJ @orientarespe

Atenção! O fato de o álcool ser uma droga lícita no Brasil e na maioria dos países ocidentais não significa que seja mais inofensivo. O álcool prejudica o reflexo e afeta outras funções motoras podendo causar acidentes.

EVITE DIRIGIR
O uso de substâncias psicoativas altera sua percepção e pode te colocar em risco

GUIE DE VOCÊ E DE QUEM FAZ SEXO COM VOCÊ!
O uso de camisinha previne gravidez e a transmissão de IST/HIV/Aids e Hepatites Virais. Existem testes rápidos disponíveis na rede pública. Fazer o teste também é uma forma de prevenção!

SE LIGA NO GRAU!
Fique ligado no teor alcoólico e na qualidade do que for beber!

O consumo de bebidas alcoólicas só é permitido para maiores de 18 anos e é proibido para motoristas em trânsito. Essas substâncias lícitas estão comumente envolvidas em causas prováveis de acidentes, doenças crônicas, violências e aumento de riscos e vulnerabilidades por parte de quem usa.

ATENÇÃO! Não existe dose segura. Cada pessoa reage de uma forma sob efeito de substâncias.

Observe seu estado de humor, o ambiente e se está com pessoas em que confie antes de usar qualquer substância psicoativa.

Perceba-se! A ingestão de pequenas doses da substância é suficiente para conhecer os efeitos dela no seu corpo.

Respire! Uma pausa entre um uso e outro é sempre bom!
Alimente-se!
Hidrate-se!

Figura 3: Folder de Redução de Danos a respeito do uso de Álcool.



REALIZAÇÃO

DELEB **RESPIRE**

@ccedelei @edelei @projetoaspre_R0 @projetoaspre

Atenção! O LSD-25 e a maioria de seus análogos são substâncias psicotrópicas (drogas) ilícitas no Brasil. Seu uso, porte ou comércio estão sujeitos às penas de acordo com a lei vigente. Informe-se sobre a lei 11.343 de 2006. Saiba, esta lei é imprecisa e não estabelece uma quantidade que diferencie uso de tráfico!

EVITE DIRIGIR

O uso de substâncias psicoativas altera sua percepção e pode te colocar em risco.

EVITE DIRIGIR

O uso de camisinha previne gravidez e a transmissão de IST/HIV/Aids e Hepatites Virais. Existem testes rápidos disponíveis na rede pública. Fazer o teste também é uma forma de prevenção!

DIREITO DE SABER O QUE ESTÁ USANDO

Existem testes com reagentes químicos para detectar LSD e diferenciar de análogos. Esses testes já estão disponíveis no Brasil e diversos coletivos realizam essa análise de substâncias como estratégia de redução de danos. Se preferir, você pode adquirir seu próprio kit de reagentes. Mas atenção: esses testes não avaliam pureza ou dosagem da substância, mas conseguem afirmar, por exemplo, se a substância esperada não está presente. Teste sua substância antes de decidir usar.

ATENÇÃO! Não existe dose segura. Cada pessoa reage de uma forma sob efeito de substâncias.

Observe seu estado de humor, o ambiente e se está com pessoas em que confie antes de usar qualquer substância psicoativa.

Perceba-se! A ingestão de pequenas doses da substância é suficiente para conhecer os efeitos dela no seu corpo.

Respire! Uma pausa entre um uso e outro é sempre bom!
Alimente-se!
Hidrate-se!

CUIDADOS E CONTRAINDICAÇÕES

O uso de psicodélicos é contraindicado a pessoas com histórico pessoal e familiar de transtornos psiquiátricos com sintomas psicóticos.

LSD - DOCE
ÁCIDO - PAPEL - GOTAS - MICROPONTO

O LSD-25 é uma substância psicodélica da família das lisergamidas. Outras substâncias psicodélicas da família das feniletilaminas, como os Dox (DOB, DOI e DOC), os NBOH e os NBOMe são consideradas análogas do LSD-25 e muitas vezes vendidas como se fossem LSD-25, pois os efeitos são semelhantes, embora as feniletilaminas possuam risco muito maior de intoxicação quando comparado ao LSD-25.

A intensidade e os efeitos mudam para cada substância. A duração pode ser de 6 a 11 horas no uso do LSD-25, com pouca variação para NBOMe's. No uso de Dox pode ser de 18 a 30 horas.

ATENÇÃO! DOSES BEM PEQUENAS PODEM PROVOCAR EFEITOS INTENSOS E DURADOUROS! EMBORA O LSD-25 POSSUA MENOR TOXICIDADE E MENOR RISCO DE DANO FÍSICO, QUANDO COMPARADO ÀS FENILETILAMINAS, AMBOS PODEM DESENCADENAR EPISÓDIO PSICÓTICO E CONSEQUENTES RISCOS ASSOCIADOS.

EFEITOS

- Os efeitos dependem MUITO da dose consumida, do estado físico e psíquico no momento do uso (sono, alimentação, humor, expectativas, preocupações) e do contexto de uso (local, companhias, significados culturais), o chamado *setting*.
- Alterações na percepção do tempo e espaço, distorções visuais de cores e/ou formas, sinestesia (ou mistura dos sentidos, por exemplo: estímulos visuais evocando impressões sonoras), sentimentos de euforia e de conexão com outras pessoas ou com o universo, pupilas dilatadas, alucinações e delírios.
- Efeitos negativos podem incluir sensações de náuseas, vômitos, tontura, taquicardia, confusão mental, pensamentos paranoicos, sentimentos intensos de medo e/ou ansiedade, entre outros.

DICAS DE REDUÇÃO DE DANOS

- O LSD-25, assim como alguns análogos da família das lisergamidas (AL-LAD, ETH-LAD, 1P-LSD), não tem gosto (embora possa haver algum gosto dependendo do material e tinta do blotter, mas este passa rapidamente). Já os análogos da família das feniletilaminas têm sabor amargo e metálico que perduram por um tempo e podem provocar dormência na região por até uma hora;
- Os NBOMe's só são absorvidos se ficam na boca de 10 a 20 minutos. Se for ingerido direto, não é absorvido. Já o LSD-25 pode ser absorvido tanto na boca quanto no estômago;
- A proibição é um problema, pois nunca se tem certeza do que se está ingerindo. Então, se for usar, tome uma dose menor/fracione. Se for gota dilua em água, se for papel divida em pedaços;
- Use óculos escuros! Com as pupilas dilatadas, os olhos ficam mais expostos a lesões provocadas por exposição à luz e aos raios solares.

CUIDADO COM A MISTURA

LSD + ÁLCOOL: pode tornar a experiência ainda mais imprevisível.

LSD + ESTIMULANTES: pode potencializar os efeitos estimulantes do LSD e análogos, trazendo riscos de problemas cardíacos e aumento de pressão arterial.

LSD + PSICODÉLICOS: pode resultar em experiências muito fortes e intensas. Redobre os cuidados: contextos seguros e atenção às doses!

Figura 4: Folder de Redução de Danos a respeito do uso de LSD.

KETAMINA KETA, KEYLA, KEY, VITAMINA K, SPECIAL K

A Ketamina é um anestésico dissociativo ("separação" entre corpo e mente) usado na medicina. Pode ter a forma de líquido ou pó branco e ser ingerida, cheirada ou injetada.

VIA DE USO	INÍCIO DO EFEITO	DURAÇÃO DO EFEITO
Aspirada	5 a 15 minutos	45 a 60 minutos
Oral	5 a 30 minutos*	1 a 2 horas
Injetada (intramuscular)	1 a 5 minutos	30 a 45 minutos

* dependendo da quantidade de comida no estômago

ATENÇÃO!
A ketamina é uma substância psicotrópica sujeita a controle especial no Brasil. Seu uso, porte ou comércio estão sujeitos às penas de acordo com a lei 11.343 de 2006.

REALIZAÇÃO
www.edelei.org
RESPIRE
f/projetorespire
projetorespire_rd

EVITE DIRIGIR
O uso de substâncias psicoativas altera sua percepção e pode te colocar em risco.

CUIDE DE VOCÊ E DE QUEM FAZ SEXO COM VOCÊ!
O uso de camisinha previne gravidez e a transmissão de IST/HIV/AIDS e Hepatites Virais. Existem testes rápidos disponíveis na rede pública. Fazer o teste também é uma forma de prevenção!

INTERAÇÕES PERIGOSAS

- A mistura com outros **depressores**: como álcool, GHB e remédios calmantes; aumenta o risco de sedação, vômito, perda de coordenação e desmaios. Pode comprometer a respiração e a função cardíaca de forma perigosa;
- A mistura com **estimulantes**: como cocaína, MDMA e anfetaminas, mascara os efeitos da ketamina e pode fazer com que se tome doses maiores de ambas as substâncias, aumentando todos os riscos.
- A mistura com **psicodélicos** (como LSD, NBOMe, cogumelos) pode resultar em experiências muito fortes e intensas. Por isso, redobre os cuidados: prese por contextos seguros, esteja bem alimentado, com o sono em dia e hidrate-se. Faça o uso acompanhado a alguém de confiança que esteja sóbrio para te ajudar caso precise.

CONTRAINDICAÇÕES
O uso de ketamina é contraindicado a pessoas com hipertensão, problemas cardíacos ou que possuem histórico pessoal e/ou familiar de transtornos psiquiátricos.

PRINCIPAIS EFEITOS

- Doses baixas: euforia, visão borrada, sensação de estar leve ou flutuar, prejuízo na coordenação motora e equilíbrio, pequenas distorções nos sentidos;
- Doses altas: efeitos psicodélicos mais intensos: dificuldade e/ou incapacidade de se movimentar e falar; sensação de fazer parte de outra realidade sobre a qual se flutua; estados oníricos; perda da noção de tempo; dificuldade em reconhecer o que se passa ao redor; perda da noção de quem é, onde está e com quem está. Essa experiência dissociativa também é conhecida como **K-hole** ou buraco.
- Possíveis efeitos não desejados: náuseas, vômitos, tontura, dor de cabeça, confusão, desorientação, amnésia, ansiedade e paranoia. Pode levar a problemas de atenção e memória nos dias após o uso.

DICAS DE REDUÇÃO DE DANOS

- O prejuízo na coordenação motora pode causar quedas! Evite fazer o uso em pé, principalmente se estiver próximo a locais perigosos como ruas movimentadas ou escadas;
- Se for cheirar, **cuidado para não confundir com cocaína!** A dose de ketamina deve ser muito menor, pois seus efeitos são muito mais potentes;
- **Intercale as narinas!** Isso ajuda a evitar machucados que aumentam sua exposição a contaminação por bactérias. Após o uso, lave as narinas com água ou soro fisiológico;
- Utilize superfícies limpas para manusear ou "esticar as carreiras" e evite cheirar usando notas. Usar canudos individuais diminui o risco de transmissão de doenças como a hepatite;
- Para evitar náuseas e vômitos, aguarde pelo menos 2 horas após a última refeição;
- **Use material esterilizado e não compartilhe!** A injeção intravenosa de ketamina é extremamente perigosa! Se for injetar, prefira a via intramuscular.
- Se ocorrer desmaio e perda de consciência, posicione a pessoa de lado, pois há o risco dela vomitar e se afogar com o próprio vômito. Acione socorro médico imediatamente!

Figura 5: Folder de Redução de Danos a respeito do uso de Ketamina.



Illustração: Lia Esmini

ATENÇÃO!

O GHB é uma substância psicotrópica (droga) ilícita no Brasil. Seu uso, porte ou comércio estão sujeitos às penas de acordo com a lei 11.343 de 2006.

EVITE DIRIGIR

O uso de substâncias psicoativas altera sua percepção e pode te colocar em risco.

REALIZAÇÃO

 www.edelei.org

 **RESPIRE**
[/projetoexpire](https://www.facebook.com/projetorespire)
[projetoexpire_rd](https://www.instagram.com/projetorespire_rd)

EVITE DIRIGIR

O uso de substâncias psicoativas altera sua percepção e pode te colocar em risco.

CUIDE DE VOCÊ E DE QUEM FAZ SEXO COM VOCÊ!

O uso de camisinha previne gravidez e a transmissão de IST/HIV/AIDS e Hepatites Virais. Existem testes rápidos disponíveis na rede pública. Fazer o teste também é uma forma de prevenção!

CUIDADO COM A MISTURA!

A mistura de GHB com **estimulantes**, como a cocaína e o ecstasy, pode mascarar os efeitos do GHB, facilitando que seja consumido em doses maiores, aumentando os riscos.

Já a mistura de GHB com outros **depressores**, como o álcool, o lólo, a ketamina e remédios calmantes, pode intensificar os efeitos e aumentar as chances de intoxicação, desmaio e morte:

CONTRAINDICAÇÕES

O uso de GHB é contraindicado a pessoas com histórico de problemas cardíacos, respiratórios, epilépticos ou fazendo uso de substâncias depressoras.

GHB

ECSTASY LÍQUIDO, G, DI, GÊ, GISELE

O GHB (Ácido Gama-Hidroxibutírico) é uma substância depressora do Sistema Nervoso Central (SNC) produzida pelo nosso corpo em pequenas quantidades. Na forma de medicamento era usado como anestésico e sedativo. Hoje, no Brasil, é vendido apenas com prescrição médica e para casos de distúrbio do sono.

O GHB geralmente é dissolvido em água e consumido via oral. É um líquido sem cheiro, sem cor e com sabor bastante salgado. Substâncias similares, como o GBL e BD, possuem sabor bastante amargo.

É uma das substâncias usada para a "Droga do Estupro" ou o "Boa noite Cinderela", porque pode ser facilmente misturada em bebidas e, ingerida em altas doses, causa amnésia e perda de consciência.

PRINCIPAIS EFEITOS

- Os efeitos variam conforme a pessoa, o contexto, a dose consumida, o peso, o sexo, o estado de humor, ter ou não se alimentado e hidratado. Começam em 10-30 minutos e podem durar até 3 horas;
- Em doses baixas: relaxamento, desinibição, sensação de bem-estar, aumento da libido e da sensibilidade ao toque;
- Em doses médias: intenso relaxamento, sonolência, distorções dos sentidos, prejuízos na coordenação motora e/ou dificuldades de fala;
- Em doses elevadas: amnésia, perda de consciência e sono profundo que pode não ser despertado por 3-4 horas, diarreia e convulsões;
- Possíveis efeitos não desejados: tontura, náusea, vômito, dor de cabeça, visão turva ou dupla.

ATENÇÃO!

Com GHB é muito fácil errar na dose!

A diferença entre a dose que causa desinibição e a sedação é muito pequena (-0,25g).

DICAS DE REDUÇÃO DE DANOS

- Vai de leve! **Fracione em pequenas doses** e use aos poucos para sentir os efeitos e conhecer sua potência;
- Se for usar com mais pessoas, **divida em doses individuais**. Quando se coloca tudo em um único recipiente o GHB pode ficar depositado no fundo. Assim, o último a beber corre risco de superdosagem;
- Tome acompanhado de **alguém de sua confiança** que esteja sóbrio e que possa ajudar você, caso precise;
- Misturar com álcool é perigoso!** Se ainda assim decidir misturar, diminua as doses de GHB, aumente o intervalo entre elas e prefira bebidas de baixo teor alcoólico;
- A **intoxicação por GHB** causa perda de consciência e desaceleração da respiração, podendo levar à depressão respiratória. Geralmente a recuperação é espontânea após 2-4 horas. Mas a combinação com outras drogas, principalmente outros depressores (como o álcool), pode piorar a situação e favorecer parada cardiorrespiratória;
- Se uma pessoa desmaiar e perder a consciência, coloque-a de lado, pois há o risco de vomitar e se afogar com o vômito. **Acione socorro médico imediatamente!**

Figura 6: Folder de Redução de Danos a respeito do uso de GHB.



Canabinoides Sintéticos (Drogas K)

Este material foi produzido com recursos do Projeto BRA/15/004

REALIZAÇÃO

RESPIRE

@ccedelele @edelele @projetorespire RO @projetorespire

Atenção! Os canabinoides sintéticos, ou "drogas K", são substâncias ilícitas no Brasil. Seu uso, porte ou comércio estão sujeitos às penas de acordo com a lei vigente. Informe-se sobre a lei 11.343 de 2006. Saiba, esta lei é imprecisa e não estabelece uma quantidade que diferencie uso de tráfico!

EVITE DIRIGIR

O uso de substâncias psicoativas altera sua percepção e pode te colocar em risco

DESCONSTRUA ESTEREÓTIPOS
com o seu cuidado. Toda pessoa, independente de quem seja e da situação em que se encontra, deve ser respeitada e ter seus direitos garantidos.

EVITE DIRIGIR

FAZ SEXO COM VOCÊ!

O uso de camisinha previne gravidez e a transmissão de IST/HIV e Hepatites Virais. Existem testes rápidos disponíveis na rede pública. Fazer o teste também é uma forma de prevenção!

SE LIGA NO GRAU!

Os canabinoides sintéticos podem variar em termos de composição (com mais de 300 moléculas diferentes identificadas) e potência, tornando difícil prever seus efeitos, o que resulta em experiências diferentes para as pessoas que fazem uso.

ATENÇÃO! Não existe dose segura. Cada pessoa reage de uma forma sob efeito de substâncias.

Observe seu estado de humor, o ambiente e se está com pessoas em que confie antes de usar qualquer substância psicoativa.

Perceba-se. A ingestão de pequenas doses da substância é suficiente para conhecer os efeitos dela no seu corpo.

Respire! Uma pausa entre um uso e outro é sempre bom!

Alimente-se!
Hidrate-se!

CANABINOIDES SINTÉTICOS
DROGAS K, K2, K4, K9, SPICE, CLOUDB

São substâncias sintéticas projetadas para se ligarem aos mesmos receptores cerebrais que os fitocanabinoides produzidos pela planta cannabis (ex: THC, CBD, CBG etc). No entanto, atuam de forma bem diferente e não têm nada a ver com maconha! Enquanto os fitocanabinoides são agonistas parciais, os canabinoides sintéticos podem agir como agonistas totais desses receptores. Por isso seus efeitos são bem mais potentes e imprevisíveis.

ATENÇÃO! CANABINOIDE SINTÉTICO NÃO É "MACONHA SINTÉTICA"! SÃO SUBSTÂNCIAS MUITO DIFERENTES, PRINCIPALMENTE EM TERMOS DE RISCOS E, PORTANTO, DEVEM TER ABORDAGENS E CUIDADOS ESPECÍFICOS.

USO

As formas mais comuns de uso são: fumada (quando vem adsorvido em ervas) e sublingual (ingerido de forma parecida com o LSD, quando o líquido é borrifado em papel).

Também pode vir na forma líquida, usada em vaporizadores e cigarros eletrônicos ou vir em pó/comprimido.

EFEITOS

- Euforia
- Relaxamento, podendo intercalar com momentos de agitação
- Alterações na percepção sensorial
- Prejuízo na coordenação motora
- Rebaixamento do nível de consciência
- Náuseas e vômitos
- Ansiedade e paranoia
- Tontura e desorientação
- Psicose e delírios
- Convulsões
- Aumento da frequência cardíaca e da pressão arterial
- Insuficiência renal aguda

DICAS DE REDUÇÃO DE DANOS RESPIRE E CUIDE-SE

Os canabinoides sintéticos podem ser extremamente potentes! Por isso, se for usar, comece com uma dose bem pequena e espere para ver como seu corpo reage antes de decidir tomar mais.

Use em um ambiente seguro: canabinoides sintéticos podem causar ansiedade extrema, paranoia e alucinações, por isso é importante usá-los em um ambiente seguro e confortável.

Evite usar sozinho/a/e: esteja com alguém de sua confiança que possa te ajudar, caso precise.

Evite dirigir ou operar máquinas pesadas: os canabinoides sintéticos alteram a percepção e o reflexo e podem te colocar em risco.

Evite usar em locais que possam oferecer algum risco, como escadas, ruas movimentadas.

Evite misturar com outras drogas: isso torna os efeitos ainda mais imprevisíveis e aumenta o risco de overdose.

Se estiver com alguém que usou, se ofereça para dar suporte, fale calmamente e observe as reações e sinais vitais.

Se ocorrer desmaio e perda de consciência, posicione a pessoa de lado, pois há o risco de vomitar e se afogar com o próprio vômito. Ação socorro médico imediatamente!

Se sentir os batimentos cardíacos acelerados, dor no peito ou ansiedade intensa, procure atendimento de emergência!

CUIDADO COM A MISTURA

Os canabinoides sintéticos são substâncias ainda pouco conhecidas, portanto, não há muitos estudos sobre a interação com outras substâncias. No entanto, recomenda-se evitar misturar com substâncias que agem no sistema nervoso (como as drogas psicoativas) e no sistema cardiorrespiratório (como remédios para pressão ou coração).

CONTRAINDICAÇÕES

O uso de canabinoides sintéticos deve ser evitado por pessoas com histórico de problemas cardíacos e de transtornos psiquiátricos. Histórico na família também indicam cuidado especial. O uso na adolescência pode afetar o desenvolvimento cerebral e psíquico.

Figura 7: Folder de Redução de Danos a respeito do uso de Canabinoides Sintéticos.

Metanfetamina

Este material foi produzido com recursos do Projeto BRA/15/004

REALIZAÇÃO

Atenção! A Metanfetamina é uma substância ilícita no Brasil. Seu uso, porte ou comércio estão sujeitos às penas de acordo com a lei vigente. Informe-se sobre a lei 11.343 de 2006. Saiba, esta lei é imprecisa e não estabelece uma quantidade que diferencie uso de tráfico!

EVITE DIRIGIR

O uso de substâncias psicoativas afeta sua percepção e pode te colocar em risco.

DESCONSTRUA ESTEREÓTIPOS

constri cuidado. Toda pessoa, independente de quem seja e da situação em que se encontra, deve ser respeitada e ter seus direitos garantidos.

CUIDE DE VOCÊ E DE QUEM FAZ SEXO COM VOCÊ!

O uso de camisinha previne gravidez e a transmissão de IST/HIV e Hepatites Virais. Existem testes rápidos disponíveis na rede pública. Fazer o teste também é uma forma de prevenção!

ATENÇÃO!

A METANFETAMINA PRODUZ UMA RÁPIDA TOLERÂNCIA (QUANDO É PRECISO AUMENTAR A DOSE PARA SENTIR O MESMO EFEITO) E POSSUI ALTO RISCO DE DEPENDÊNCIA (DIFICULDADE DE INTERROMPER O USO E APARECIMENTO DE SINTOMAS DE ABSTINÊNCIA).

TUDO QUE SOBE, DESCE...

É normal que após o uso ocorram efeitos físicos e emocionais desagradáveis como fadiga, irritabilidade, depressão, ansiedade e dificuldade de concentração. Evite seguir usando como forma de aliviar esses sintomas, pois isso acaba dificultando o processo de recuperação.

CONTRAINDICAÇÕES

O uso de metanfetamina é contraindicado para pessoas com hipertensão, problemas cardíacos ou que possuem histórico pessoal e/ou familiar de transtornos psiquiátricos, em especial aqueles que apresentam sintomas psicóticos.

METANFETAMINA

CRISTAL, CRYSTAL METH, TINA, CRIS, META, ICE, SPEED

A metanfetamina é um estimulante sintético quimicamente semelhante à anfetamina, mas com efeitos mais intensos e duradouros. Pode estar na forma de cristais (daí o nome crystal), pó, comprimido ou cápsula e ser ingerida, cheirada/aspirada, fumada ou injetada.

rapidamente, mas podem causar danos à mucosa nasal, o que pode ser maior risco para as hepatites B e C, quando há compartilhamento de instrumentos para aspirar/cheirar. Fumar e injetar geram um pico muito rápido e intenso dos efeitos, podendo levar mais facilmente a padrões de uso problemáticos. Além disso, o uso injetável aumenta os riscos de overdose, infecções bacterianas, transmissão do HIV e das hepatites B e C.

EFEITOS

- Sensação de energia e euforia, aumento do nível de alerta e da capacidade de concentração, diminuição do sono e do apetite, elevação da temperatura corporal, tensão maxilar, boca seca, dilatação da pupila, aumento da frequência cardíaca, respiratória e da pressão arterial. Podem ocorrer dores de cabeça, convulsão, ansiedade, dificuldade para urinar ou ter uma ereção.
- Também são relatados aumento da libido/excitação sexual, da resistência física e desinibição, motivo pelo qual a metanfetamina é utilizada em contextos de práticas sexuais como as do chemsex, ou sexo químico.
- O uso frequente aumenta as chances de psicose anfetamínica. Esse quadro caracteriza-se pelo aparecimento de delírios e alucinações, ampliadas pelo desgaste físico e mental causado pela privação do sono, falta de hidratação e nutrição. Também podem ocorrer comportamentos suicidas.

REDUÇÃO DE DANOS

RESPIRE E CUIDE-SE

- Menos é mais! Doses menores e usos espaçados podem favorecer os efeitos positivos e reduzem os riscos e prejuízos a longo prazo.
- Defina limites: Estabeleça regras pessoais para o uso da substância, limitando a quantidade e a frequência.
- Atente-se para a elevação da temperatura corporal. Cuidado com o calor e o excesso de exercício físico.
- Alimente-se antes, pois durante o uso o apetite fica inibido.
- Beba água e procure intercalar com sucos ou isotônicos para reposição dos sais minerais.
- Faça pausas! O uso prolongado pode te deixar muitas horas seguidas sem dormir, aumentando os riscos de psicose. Evite ficar mais de 24h sem descanso.
- Se for cheirar, amasse bem a substância para quebrar os pedaços maiores e intercale as narinas. Após o uso, lave as narinas com água ou soro fisiológico.
- O compartilhamento de utensílios para o uso aspirado ou fumado, como canudos e cachimbos, aumenta os riscos de transmissão de tuberculose, hepatites B e C.
- O uso injetável é o que apresenta mais riscos! Se preferir essa via, utilize material esterilizado e saiba os locais e modos de injeção menos arriscados. O compartilhamento de seringas e agulhas aumenta os riscos de transmissão de hepatites B e C e HIV.
- O uso injetável também aumenta os riscos de infecções nos locais de injeção, infecções dentro dos vasos sanguíneos e coração, portanto maior risco de complicações cardiovasculares como infarto e AVC.

CUIDADO COM A MISTURA

- A mistura com outros estimulantes (como cocaína, MDMA e anfetaminas) intensifica os efeitos e os riscos cardíacos, de convulsão e de intoxicação. A mistura com depressores (como álcool, GHB e remédios calmantes) mascara os efeitos e pode fazer com que se tome doses maiores de todas as substâncias, podendo aumentar, assim, todos os riscos. A mistura com ketamina pode causar aumento significativo da pressão arterial. A mistura com psicodélicos (como LSD, cogumelos) pode aumentar os efeitos, gerar ansiedade e bad trips. A mistura com alguns medicamentos pode ser perigosa! Por exemplo, com alguns tipos de antidepressivos, antirretroviral (ritonavir), medicamentos para a pressão e para disfunção erétil (citrato de sildenafil e tadalafila).

Figura 8: Folder de Redução de Danos a respeito do uso de Metanfetamina.

Primeiramente é válido lembrar a finalidade e o objetivo do material: que é a conscientização e educação em relação ao uso de drogas, com a realização da prática distributiva em contexto de festas e ações sociais. Ou seja, em diferentes ações e com diferentes objetivos, a prática e a execução da ação se altera. Dito isso, conforme visto acima, a partir de um olhar atento e crítico, é possível refletir sobre algumas questões.

Inicialmente, é interessante perceber a relação que existe entre a imagem que está aparecendo no folder e a substância a qual ela está se referindo, por exemplo, é possível pensar a imagem de qualquer folder, desde a **figura 1** até a **figura 8**, mas apenas a título de exemplificar será utilizado a **figura 3**, a qual se refere as dicas de redução de danos e as informações a respeito do uso do álcool. O álcool é uma substância depressora do sistema nervoso central (SNC) o que quer dizer que o álcool reduz a atividade cerebral afetando diversas funções cognitivas e motoras, nota-se que a imagem escolhida — o rosto de uma figura humana com traços visuais duplicados, sugerindo múltiplos olhos e expressão alterada — remete diretamente aos efeitos perceptivos e cognitivos provocados pela substância. O álcool, por ser um depressor do sistema nervoso central, reduz a atividade cerebral, afetando o julgamento, a coordenação motora e a percepção visual. Essa característica é refratada na imagem por meio de uma representação gráfica que simula uma visão turva ou distorcida, alinhando, assim, forma e conteúdo ao propósito de sensibilizar o leitor por meio da linguagem.

Ou seja, a imagem reflete o estado alterado de consciência provocado por aquela determinada substância.

Essa relação entre efeito da substância e representação visual se repete em todos os folders analisados, indicando uma proposta estética e discursiva intencional que busca ilustrar, de maneira simbólica, os efeitos sensoriais e cognitivos de cada substância retratada. Dessa forma, a construção verbo-visual dos materiais contribui para potencializar a comunicação com o público-alvo, associando linguagem acessível e imagens significativas como estratégia de cuidado e prevenção.

Já em relação a linguagem utilizada, é possível afirmar que a linguagem utilizada nos folders é acessível e direta, como evidenciado na **figura 1**, onde é possível ver a separação das informações em tópicos contendo as instruções e dicas de redução de danos, por exemplo: “Efeitos: Os efeitos podem durar de 1 a 4 horas, se fumada, ou de 4 a 10 horas, se ingerida”. Assim, a linguagem verbal utilizada e os tópicos que compõem os folders dão uma estabilidade estilística e composicional a esses enunciados.

Essa característica informativa e pedagógica do material é acrescida das preocupações em evitar riscos penais (todos os enunciados se iniciam com um texto verbal de advertência em relação à existência e imprecisão da lei 11.343 de 2006) e riscos para a saúde do usuário de drogas, as quais predominam no material, conforme

se vê no parágrafo anterior. Dessa maneira, os folders dialogam com o público-alvo de forma acolhedora e não punitiva - na interação dialógica, há o reconhecimento da voz do usuário no processo de comunicação e construção do diálogo, o que torna a interação menos monológica, segunda acepção do Círculo de Bakhtin.

Apesar da utilização da linguagem injuntiva, com o uso do modo verbal imperativo (como, por exemplo, na **figura 2**: “Utilize utensílios como canudos, cachimbos, seringas e agulhas descartáveis”), os folders de redução de danos evitam uma postura normativa que assuma o tom proibicionista e punitivista. Essa entonação valorativa está presente em enunciados que analisamos em nossa Monografia de Final de Curso¹, dos quais citamos o exemplo da fala do Deputado Federal Osmar Terra² por exemplo:

“Essa é outra crendice... dizer que maconha cura câncer... maconha cura tudo... não tem nenhuma evidência científica... me mostra uma evidência científica disso... me mostra uma só... uma só... nunca vi isso aqui na mesa... uma evidência científica... sou médico... eu trabalho com evidências... então não tem... não tem essa evidência... e como não tem essa evidência... estamos aqui trabalhando em cima de narrativas... salvar vidas... adoecendo milhões de pessoas... senhor deputado... se não houvesse outras alternativas teríamos que discutir... mas tem.”

Os folders em análise, em vez do tom normativista carregado de caráter punitivista, promovem o cuidado e a conscientização como base para políticas de saúde mais inclusivas e responsáveis. O que é curioso, pois mesmo utilizando uma linguagem injuntiva, a proposta é diferente dos materiais proibicionistas, ou seja, apresentam com outra finalidade: não proibir, mas sim educar e informar.

A estética visual e o estilo gráfico que compõem esses enunciados reforçam esse diálogo menos monológico: a escolha de ilustrações e cores vibrantes chamam atenção e estabelecem uma conexão mais próxima com os leitores, demonstrando um cuidado com a aceitabilidade por parte do público. Assim, os folders se distanciam de uma estética normativa monológica e, em vez disso, eles adotam um design visual amigável, e visualmente atrativo. Esse estilo que combina elementos verbais e visuais

¹ Pesquisa realizada na Monografia e Iniciação Científica intitulada: Análise Dialógica do Discurso Proibicionista a Respeito do Uso de Maconha no Brasil.

² Osmar Terra na comissão especial do Projeto de Lei 399/2015 (BRASIL, 2015) (Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VuE_bRO4DRs&ab_channel=Metr%C3%B3poles. Acesso em: 13/12/2022)

é essencial para a eficácia desses folders enquanto instrumentos de comunicação. Para Bakhtin, o estilo de um enunciado não pode ser dissociado de seu conteúdo e da sua função comunicativa.

Esse princípio se materializa nos folders ao utilizar cores chamativas, ilustrações que retratam estados alterados de consciência e uma linguagem acessível, como pode ser observado nas **Figuras 1 a 8**.

Por exemplo, na **Figura 1**, o desenho de uma pessoa usuária de maconha, onde predominam tons de verde, provavelmente um cigarro de maconha na mão e uma planta de cannabis ao fundo, junto com os diversos nomes populares da substância (baseado, verde, haxixe, skunk), contribui para uma comunicação que se afasta de discursos punitivistas. Em vez de recorrer a táticas de medo ou repressão, comuns nas políticas proibicionistas, os folders visam informar e educar de forma não coercitiva. Tal abordagem contrasta diretamente com as práticas utilizadas pelas políticas públicas brasileiras no enfrentamento às drogas, políticas essas descritas como arcaicas e ineficazes.

A forma composicional dos folders reflete diretamente sua função social e educativa, sendo cuidadosamente estruturadas para garantir a clareza e a acessibilidade da mensagem ao público-alvo, como já destacamos. A linguagem utilizada também é deliberadamente simples e direta, o que facilita a compreensão e a internalização das informações, especialmente para grupos sociais vulneráveis ou marginalizados. Como é possível notar na **figura 8** por exemplo: “Menos é mais! Doses menores e usos espaçados podem favorecer os efeitos positivos e reduzem riscos e prejuízos a longo prazo. Ou ainda “Defina limites: “Estabeleça regras pessoais para o uso da substância, limitando a quantidade e a frequência.”

Esse uso de uma linguagem próxima à experiência cotidiana dos leitores reforça a ideia de que a comunicação não é apenas uma transmissão de informação, mas uma prática social, onde a forma e o conteúdo do enunciado são adaptados às realidades e demandas comunicativas de seu contexto.

Os folders, assim, evitam uma abordagem vertical ou tecnicista e, em vez disso, buscam um diálogo horizontal e inclusivo, permitindo que os usuários se identifiquem com o material e se apropriem do conhecimento oferecido. Essa adaptação da linguagem é um ponto essencial dentro da perspectiva dialógica de Bakhtin, em que todo enunciado é moldado pelas condições sociais e históricas em que é produzido. No caso dos folders de redução de danos, essa moldagem é feita para empoderar o

público, promovendo um entendimento ativo e crítico sobre o uso de substâncias, além de oferecer orientações práticas sobre autocuidado e redução de riscos. Trechos que aparecem na **figura 7** podem exemplificar: “Evite usar sozinho/a/e: esteja com alguém de sua confiança que possa te ajudar, caso precise.”

Esses materiais, que integram o gênero folder, exemplificam uma estratégia de resistência ao discurso proibicionista predominante no Brasil, se tornando também uma arena de embate de valores, oferecendo um contraponto baseado no cuidado, na informação e no respeito à autonomia dos usuários. Aqui, em relação a autonomia, apenas para exemplificar é possível utilizar trechos da **figura 5**: “Se for cheirar, cuidado para não confundir com cocaína! A dose de ketamina deve ser muito menor, pois seus efeitos são muito mais potentes.” Ou seja, o estilo utilizado faz parte dessa resistência.

Dessa maneira, os folders não apenas transmitem conhecimento, mas também se configuram como ferramentas de ação social, promovendo mudanças de comportamento e a conscientização crítica sobre questões de saúde pública.

De maneira mais aprofundada, a análise dialógica dos folders voltados para a redução de danos no uso de substâncias psicoativas, conforme descrito, reflete de maneira clara as teorias de Bakhtin sobre os gêneros do discurso. De acordo com Bakhtin (2016), os gêneros discursivos são formas relativamente estáveis de enunciados que variam de acordo com as condições sociais e históricas em que são produzidos.

Como evidenciado na **Figura 1**, um exemplo concreto da dinâmica dialógica na constituição dos folders pode ser observado na incorporação de diversos nomes populares da cannabis, provenientes de diferentes regiões e estratos sociais. A utilização dessas variedades linguísticas nos folders não apenas amplia o alcance comunicacional, mas também reforça a pluralidade de vozes que compõe o gênero discursivo em questão. Ao valorizar e materializar essas expressões populares, os folders desempenham um papel central na disseminação de informações acessíveis, promovendo um diálogo inclusivo e adaptado ao contexto sociocultural de seus interlocutores.

Sendo assim, no contexto destes folders, vemos uma aplicação direta da interação entre os gêneros primários e secundários, em que o conhecimento popular (ou senso comum), transmitido em contextos cotidianos sobre as drogas (gêneros

primários), é sistematizado e formalizado em documentos informativos e com conteúdo científico (gêneros secundários), como esses folders.

4.4. A Atitude Acolhedora E Não Punitiva Em Relação As Diferentes Esferas De Atividade Humana

Nesta subseção, será realizada uma análise (ainda utilizando os folders os quais foram apresentados na subseção anterior) pensando nas diferentes esferas de atividade humana, como por exemplo a educacional, científica, jurídica e publicitária e como elas se relacionam com a atitude acolhedora e não punitiva proposta pelos folders de redução de riscos e danos, do Projeto ResPire.

Esses folders, ao contrário de materiais informativos tradicionais, não adotam uma postura normativa e punitivista, como visto acima. Em vez disso, elas se baseiam em uma abordagem de acolhimento, cuidado e empatia, elementos fundamentais para a criação de um discurso dialógico.

O conceito de dialogismo é central para a compreensão de como múltiplas vozes e perspectivas coexistem e interagem dentro de um enunciado. No contexto dos folders de redução de danos, essa multiplicidade de vozes é evidenciada pela integração das experiências e conhecimentos advindos de diferentes agentes sociais, como os próprios usuários de substâncias, redutores de danos e também outros profissionais de saúde, como médicos, enfermeiros, psicólogos... Esses atores, oriundos de contextos diversos — tanto do acolhimento nas ruas quanto de ambientes clínicos e festas — contribuem para a constituição de um discurso coletivo e inclusivo, fundamentado no diálogo entre saberes práticos e teóricos, formando dessa maneira, essa espiral ascendente infinita, a qual explicita o aspecto dialógico da linguagem.

Ao utilizar a **Figura 6** como referência (aqui é possível perceber como este material se relaciona com a esfera científica, no que diz respeito a saúde) – que alerta sobre a ausência de uma dose segura no consumo de substâncias psicoativas e recomenda cuidados como a observação do estado emocional e a confiança no ambiente –, no trecho que diz:

“ATENÇÃO! Não existe dose segura, cada pessoa reage de uma forma sob efeito de substâncias. Observe seu estado de humor, o ambiente e se está com pessoas em que confie antes de usar qualquer substância psicoativa. Perceba-se! A ingestão de pequenas doses da substância é suficiente para

conhecer os efeitos dela no seu corpo. ResPire! Uma pause entre um uso e outro é sempre bom! Alimente-se! Hidrate-se!”. (Figura 6)

Torna-se evidente a abordagem antiproibicionista dos folders. Esse discurso prioriza o acolhimento e a conscientização, promovendo uma redução de danos por meio da orientação ao usuário para que este consuma de forma mais consciente, se assim optar.

Diferentemente das políticas proibicionistas, que frequentemente utilizam uma linguagem imperativa ou punitiva, o texto evita comandos ou proibições diretas. Ao invés disso, mesmo utilizando uma linguagem injuntiva, sugere práticas que minimizam os riscos associados ao uso, como a ingestão moderada e a adoção de pausas e hidratação. Essa postura reflete uma alternativa às abordagens coercitivas tradicionais, promovendo a autonomia do indivíduo ao mesmo tempo que prioriza a saúde pública, a informação a respeito das leis e o cuidado.

O trecho da **Figura 1**, por exemplo:

Atenção! A cannabis (maconha) ainda é uma substância psicotrópica (droga) ilícita no Brasil. Seu uso, porte ou comércio estão sujeitos às penas de acordo com a lei vigente. Informe-se sobre a lei 11.343 de 2006. Saiba, esta lei é imprecisa e não estabelece uma quantidade que diferencie uso de tráfico. (Figura 1).

ilustra como as dicas fornecidas refletem um conhecimento pertencente a esfera judicial, essas informações, sobre as leis, estão presentes em todos os folders.

Em relação a esfera educacional, ela está presente em todo o corpus deste trabalho, no sentido de que em todo tempo, este material está preocupado em educar e informar, a partir de uma política do cuidado e da autonomia individual. No corpus, são fartos os casos em que o discurso da esfera educacional se materializa. Basta passar o olho pelo material.

A bivocalidade, um conceito-chave na teoria bakhtiniana, permite que os folders de redução de danos transcendam o papel meramente informativo, tornando-se ferramentas envolventes e respeitadas com seu público-alvo. Ao promover uma comunicação aberta, inclusiva e não coercitiva, esses folders exemplificam uma abordagem de saúde pública que rejeita a indiferença em relação à subjetividade dos indivíduos. Através do diálogo entre usuários e profissionais de saúde, os folders validam suas orientações com base em evidências científicas, dados estatísticos e observações empíricas. Essa integração entre diferentes saberes reflete a construção

de uma "ciência não indiferente", ou seja, uma ciência que reconhece as especificidades de cada indivíduo e a importância de suas experiências dentro do processo dialógico.

A validação científica é, assim, um componente central desses folders, como exemplificado na **Figura 4** (aqui fica claro, a esfera científica propriamente dita), onde se aborda a combinação de estimulantes do sistema nervoso central com substâncias depressoras. Veja-se o trecho que segue, em que se destaca o risco aumentado de acidentes, brigas e até mesmo parada cardiorrespiratória, quando tais substâncias são combinadas, evidenciando a falsa sensação de sobriedade que pode resultar dessa mistura:

Estimulantes do sistema nervoso central + Substâncias depressoras (álcool, tranquilizantes ou lança perfume): "Da a falsa sensação de estar sóbrio, aumentando a sensação de poder, o risco de acidentes e chances de se envolver em brigas. Também aumenta o risco de morte por parada cardiorrespiratória. Cuidado para não perder a noção. (**Figura 4**)

Essa informação não é apenas o resultado de uma observação empírica cotidiana, mas é validada por estudos científicos que corroboram esses riscos, integrando estatísticas e evidências de pesquisas médicas e toxicológicas.

A referência a artigos científicos que sustentam tais afirmações reforça a importância do uso de dados confiáveis para fundamentar as práticas de redução de danos, o que legitima o conteúdo dos folders enquanto instrumento educacional e de saúde pública. Sendo assim, é possível evidenciar a validade dos dados através do seguinte artigo por exemplo: Chary, M.; Yi, D.; Manini, A. F. Candyflipping and other combinations: Identifying drug–drug combinations from an online forum. *Substance Use & Misuse*, v. 53, n. 3, p. 475-485, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/10826084.2017.1334061>. (Aqui é importante ressaltar, que os folders não estão se referindo diretamente a este artigo, utilizei apenas como base científica para fundamentar a informação que está sendo passada pelo material).

A guerra às drogas, conforme relatado pelo UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime), não apenas falha em reduzir o uso de substâncias, como também gera consequências sociais graves. Segundo o Relatório Mundial Sobre Drogas, houve um aumento de 30% no número de pessoas que consumiram drogas ilícitas entre 2009 e 2018, evidenciando a ineficácia dessa política. (UNODC, 2020). (O aumento populacional entre 2009 e 2018 foi de 11,13%; mesmo com o

crescimento populacional, em números absolutos isso representa um crescimento significativo de usuários. Levando em consideração que o objetivo da política do proibicionismo em relação as drogas era a redução de pessoas utilizando substâncias ilícitas, constata-se que mesmo com o aumento populacional, um aumento de 30% dentre os usuários de drogas em relação aos anos anteriores representa um número significativo).

5. Conclusão

Ao longo da pesquisa, ficou evidente que a linguagem não é uma entidade isolada e autônoma, mas sim um processo relacional e interativo, permeado por vozes sociais diversas e disputas ideológicas. Assim, os discursos sobre drogas, sejam eles proibicionistas ou antiproibicionistas, não surgem no vazio, mas são construídos dentro de um campo de forças onde diferentes perspectivas se confrontam e se ressignificam.

O dialogismo também se opõe à noção de monologismo, que caracteriza discursos que tentam se impor como verdades absolutas, sem admitir a pluralidade de sentidos. O discurso proibicionista sobre drogas, por exemplo, opera dentro de uma lógica monológica, buscando deslegitimar e silenciar contradiscursos que questionam a guerra às drogas e propõem alternativas como a redução de danos, e reforçar uma única verdade sobre as drogas e seus usuários. Em contraposição, o discurso antiproibicionista, analisado nesta pesquisa, adota uma lógica polifônica, permitindo a emergência de múltiplas vozes, incluindo aquelas dos próprios usuários, profissionais da saúde e cientistas comprometidos com a redução de danos.

Esta pesquisa, se propôs a analisar os folders de Redução de Danos produzidos pelo Projeto ResPire de Redução de Riscos e Danos. Com base nessa análise, é possível afirmar que tanto a estética quanto o conteúdo dos materiais analisados oferece uma abordagem mais humana e eficaz, ao evitarem a marginalização dos usuários e priorizarem uma educação voltada para o cuidado e a minimização de riscos.

Os folders representam um espaço de embate de valores, onde a abordagem tradicional proibicionista, que há muito tempo norteia as políticas de drogas, é confrontada por uma nova ética baseada no cuidado, acolhimento e na redução de danos. Historicamente, as políticas de drogas foram marcadas por uma postura punitivista, que marginaliza e criminaliza os usuários, reforçando um discurso de controle e exclusão. No entanto, esses folders propõem um discurso alternativo, que reconhece a dignidade e a subjetividade dos usuários, promovendo o cuidado e a responsabilidade individual como formas de engajamento mais eficazes e humanas. Desta forma este material também representa um exemplo concreto de resistência discursiva.

Esse embate de valores é caracterizado pelo conceito de bivocalidade de Bakhtin, onde diferentes vozes e ideologias coexistem em tensão dentro de um mesmo enunciado (Bakhtin, 2011a). A bivocalidade permite que os folders funcionem como espaços de negociação, onde o discurso hegemônico proibicionista é desafiado por vozes que defendem a autonomia do indivíduo e o direito à informação clara e acessível sobre o uso de substâncias. Nesse sentido, os folders transcendem seu papel informativo, assumindo uma função transformadora, ao questionar as práticas sociais vigentes e ao promover a construção de novas práticas discursivas baseadas em valores como o acolhimento, o respeito e o cuidado.

Assim, os folders se configuram como um espaço de produção de novos sentidos, nas quais as ideologias do controle e da punição são progressivamente substituídas por uma ética de cuidado e prevenção, adaptada às necessidades e realidades dos indivíduos. Essa transformação discursiva reflete uma mudança mais ampla nas práticas sociais, onde o saber científico, a experiência dos usuários e a atuação dos profissionais de saúde se encontram para construir uma abordagem mais inclusiva e eficiente para as políticas públicas de saúde.

Esses materiais evidenciam a interação entre gêneros discursivos primários, advindos de contextos cotidianos e informais, e gêneros secundários, que sistematizam o saber em formas mais estruturadas e formais. Essa relação possibilita a criação de novos modos de produção de conhecimento, orientados por práticas sociais que vão além do meramente normativo ou prescritivo.

Sendo assim, como os folders são frutos desse diálogo, ele também sobrepõe teoria e prática, pois os folders nada mais são do que a materialização da reconfiguração de todos esses saberes e todas essas experiências originárias das trocas de informações, diálogos e vivências de toda essa comunidade.

Ademais, este movimento e essa relação de alteridade são importantes no atendimento de um indivíduo em uma ação de RD, ou em um hospital, por exemplo. Muitas vezes, é noticiado o descaso e o despreparo por agentes da saúde, quando estão lidando com algum surto, ou com alguma complicação relacionada ao uso, ou abuso de alguma substância, seja ela lícita ou ilícita. Dessa forma, tanto o paciente, quanto o agente de saúde são beneficiados em realizar ou em receber um atendimento quando entendem o que está acontecendo com o indivíduo naquele momento. Ou seja, entender quem é esse outro é importante tanto para o acolhido, como para o acolhedor. E a partir desta troca de saberes populares, experiências

individuais e coletivas, e a validação científica, utilizando-se de uma escuta ativa, é possível construir políticas mais efetivas no que se diz respeito à saúde pública e ao atendimento e/ou acolhimento destes indivíduos.

Nesse sentido, a análise dos folders do projeto *Respire*, à luz da teoria bakhtiniana, evidenciou que esses materiais vão além de sua função informativa, atuando como práticas discursivas transformadoras que promovem uma ética do cuidado e do diálogo em contraposição à lógica proibicionista. A perspectiva dialógica permitiu compreender como os discursos não apenas refletem, mas também refratam a realidade social, tornando-se instrumentos fundamentais na construção de novas práticas políticas e institucionais pautadas na inclusão, na escuta ativa e no respeito à diversidade.

Já em relação aos objetivos propostos, é possível afirmar que eles foram concluídos, por exemplo, em relação ao objetivo geral; Investigar o caráter responsivo do enunciado antiproibicionista. Foi possível evidenciar o caráter responsivo do enunciado. Já em relação aos objetivos específicos; 1 – Considerando o *corpus* como pertencente ao gênero folder, analisar o enunciado antiproibicionista e a ideologia que se manifesta nele. Foi possível então analisar os folders, e constatar que há uma ideologia antiproibicionista, se manifestando nele, em contraposição com a ideologia proibicionista. 2 - Investigar o modo de constituição desses folders e a forma como dialogam com seu público-alvo. Ele se constitui através do diálogo, das interações sociais, e da ideologia do cotidiano, e se comunica através dos aspectos composicionais, estilísticos e temáticos, e de sua relação com as diferentes esferas de atividade humana, como a esfera jurídica, científica, educativa e publicitária por exemplo.

Por fim, a pesquisa confirma a importância do diálogo, da ideologia do cotidiano e da reformulação das políticas públicas e leis excludentes, apontando para novas formas de enxergar o entorno e a si mesmo, contribuindo dessa maneira, para uma transformação social.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34; 1ª edição, 2016.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: WMF Martins Fontes; 6ª edição, 2011a.
- BAKHTIN, Mikhail. **Palavra própria e palavra outra na sintaxe da enunciação. A palavrana vida e na poesia: introdução ao problema da poética sociológica**. Org. e equipe de trad. V. Miotello. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011b.
- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. São Paulo: Forense Universitária; 5ª edição, 2010.
- BEDÊ, Luiza. **Arte e política: carnavalização na imprensa de resistência dos anos de chumbo**. 2019. 230 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2019.
- BOON, M. **Road of Excess: A History of Writers on Drugs**. 1º Ed. Harvard University, 2002.
- BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2020. São Paulo: Contexto, 2020.
- BRASIL, Lei nº 11.343/2006, de 23 de agosto de 2006. **Política Nacional sobre Drogas**. Brasília: Presidência da República, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2006.
- BRASIL. Lei nº 12.582/2013 de 5 de agosto de 2013. **Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE**, Brasília, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2013.
- CAVALLARI, Celi; FIGUEIREDO, Regina. **Drogas & 30 Anos de Redução de Danos**, São Paulo: Editorial. In, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.saude.sp.gov.br/index.php/bis/article/view/34611/33353>>. Acesso em: 18/04/2024.
- CARNEIRO, Henrique Soares. **Drogas: a história do proibicionismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019. Acesso em: 26 jan. 2023.
- DOMANICO, Andrea. **Redução de Danos Conceitos e Práticas**, 2019. Disponível em: <http://www.tjmt.jus.br/intranet.arq/cms/grupopaginas/105/988/Redu%C3%A7%C3%A3o_de_danos_-_conceitos_e_pr%C3%A1ticas.pdf>. Acesso em 12/07/2024.
- DOMANICO, Andrea. **“Craqueiros E Cracados: Bem Vindo Ao Mundo Dos Nóias!”** - Estudo sobre a implementação de estratégias de redução de danos para usuários de crack nos cinco projetos-piloto do Brasil. Salvador, 2006.

ESCOHOTADO, Antonio. **O Livro Das Drogas**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Iluminuras, 1997.

FERREIRA, Guilherme Simbole. **Análise Dialógica De Discursos Proibicionistas A Respeito Do Uso De Maconha No Brasil**. 2022 [Trabalho não publicado].

FIORIN, José Luiz. **Introdução Ao Pensamento De Bakhtin**. São Paulo, Contexto, 2020.

GRILLO, Sheila. **A Noção De Campo Nas Obras De Bourdieu E Do Círculo Bakhtin: Suas Implicações Para A Teorização Dos Gêneros Do Discurso**. *Revista Da Anpoll*, 1(19). 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.18309/anp.v1i19.461>. Acesso em: 23 de novembro de 2022.

GRILLO, Sheila. Esfera e campo. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MELO, NETO João Cabral de. **Museu de Tudo**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2009.

MESQUITA, Fabio, BASTOS, Francisco Inácio. **Drogas e aids: estratégias de Redução de Danos**. São Paulo: Hucitec; 1994.

MIOTELLO, V. Ideologia. In.: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2020.

O que é Redução de Danos? Edelei.org, disponível em: <<https://edelei.org/home/praticas-de-reducao-de-danos/>> Acesso em: 15/11/2024.

RODRIGUES, Thiago. **Narcotráfico: uma guerra na guerra**. São Paulo: Desatino, 2003.

RODRIGUES, Thiago. **Política e drogas nas Américas**. São Paulo: EDUC: FAPESP, Hipótese, 2004.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS, Manoel Antônio dos. Bakhtin e os processos de desenvolvimento humano. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 745-756, 2010.

SETA, Isabel. **EUA: Como a legalização da maconha diminuiu o número de prisões**. 2017. Disponível em: <https://exame.com/mundo/caulkins-da-carnegie-mellon-legalizacao/>. Acesso em 20 de janeiro de 2023.

SILVA, Jeniffer; CALUMBI, Maria; SOUZA, Thamyres. **Uso da Cannabis integrado ao tratamento convencional do câncer**. 2022.

SODELLI, Marcelo. **Uso de drogas e prevenção: da desconstrução da postura proibicionista às ações redutoras de vulnerabilidade**. São Paulo. Iglu, 2010.

SOARES, Milena Karla; MACIEL, Natalia Cardoso Amorim. **A Questão racial nos processos criminais por tráfico de drogas dos tribunais estaduais de justiça comum: uma análise exploratória**. Brasília, DF: Ipea, out. 2023. (Diest : Nota Técnica, 61).

SURJUS, Luciana Togni de Lima e Silva; FORMIGONI, Maria Lucia Oliveira de Souza; GOUVEIA, Fernanda (org.). **Redução de danos: conceitos e práticas**. 1. ed. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP; Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP, 2018. 56 p.

SZASZ, T. S. (1975). Medicine and madness. **The Journal of Psychiatry & Law**, 3(2), 215–222. <https://doi.org/10.1177/009318537500300206>

UNODC. **World drug report 2020** - booklet 2, 2020. Disponível em: <https://wdr.unodc.org/wdr2020/field/WDR20_Booklet_2.pdf> Acesso em: 13 de novembro de 2024.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, ensaio introdutório, glossário e notas de Sheila Grillo e Ekaterina Americo. 2a.. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

VOLOCHINOV, Valentin. **A construção da enunciação e outros ensaios**. Tradução e Introdução de João Wanderley Geraldi. São Paulo: Pedro e João Editores, 2013.

ZAFFARONI, E. Raúl. **Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal**, 3º ed. Editora Recan. Rio de Janeiro. 1998.

ZAFFARONI, E, R. **Conferências de criminologia cautelara: A palavra dos mortos**. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.